

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

RAFAELA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO BALNEÁRIO TERRA DAS ÁGUAS NO MUNICÍPIO DE
SANTA HELENA-PR**

**CASCADEL - PR
2018**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

RAFAELA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO BALNEÁRIO TERRA DAS ÁGUAS NO MUNICÍPIO DE
SANTA HELENA-PR**

Trabalho apresentado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Engenharia Civil, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Engenharia Civil.

**Professora Orientadora: Especialista,
Arquiteta e Urbanista Sciliane Sumaia
Sauberlich Bavaresco.**

**CASCADEL - PR
2018**

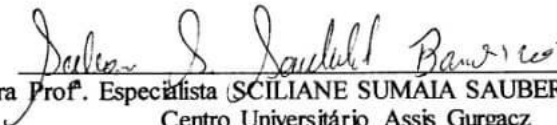
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG

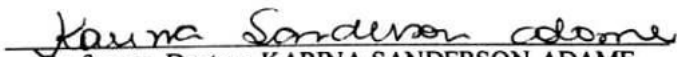
RAFAELA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO BALNEÁRIO TERRA DAS ÁGUAS**

Trabalho apresentado no Curso de Engenharia Civil, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Engenharia Civil, sob orientação da Professora Arquiteta e Urbanista Especialista SCILIANE SUMAIA SAUBERLICH BAVARESCO.

BANCA EXAMINADORA


Orientadora Prof.^a Especialista SCILIANE SUMAIA SAUBERLICH BAVARESCO
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta e Urbanista


Professora Doutora KARINA SANDERSON ADAME
Centro Universitário Assis Gurgacz
Engenheira Química


Professora Mestre CASSIA RAFAELA BRUM SOUZA
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta e Urbanista

Cascavel, 03 de dezembro de 2018.

DEDICATÓRIA

A minha família, pelo
carinho e apoio concedidos
em todos os momentos que precisei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus pela oportunidade que tive para chegar até este ponto e pela força que me dá para sempre continuar.

Aos meus pais, Leonice e João e meu irmão Régis, pelo enorme apoio, incentivo e motivação em todos os momentos, e por estarem sempre presentes, superando todas as dificuldades juntos.

Ao meu companheiro Gian, que esteve sempre ao meu lado, pelo incentivo, compreensão e pela paciência.

Assim, de forma muito especial, meu reconhecimento à orientadora professora Especialista Sciliane Sumaia Sauberlich Bavaresco, pela oportunidade em compartilhar seus conhecimentos, auxiliando no desenvolvimento das atividades, dedicando seu tempo e incentivo.

Enfim, deixo a minha gratidão a todos que participaram e contribuíram, direta ou indiretamente, pois a concretização do mesmo tem as mãos de muitos que buscaram de uma forma ou outra me ajudar.

RESUMO

O presente trabalho mostra que dentro do setor turístico brasileiro, a acessibilidade de pessoas com deficiência, está muito distante dos padrões impostos pela legislação e na maioria das vezes não atende as normas mínimas exigidas, dessa forma, não promovendo a cidadania e a inclusão social dessas pessoas. Nesta lógica, objetiva-se garantir os direitos fundamentais básicos, como igualdade perante a sociedade, acessibilidade em toda e qualquer circunstância e respeito aos direitos de todos. Este trabalho teve como objetivo principal analisar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, nos locais mais utilizados do Balneário Terra das Águas, localizado no município de Santa Helena, visando compreender a realidade de acesso dessas pessoas em um local de atração turística, onde se promove lazer e entretenimento. As observações de campo à área de estudo, as pesquisas bibliográficas, além da entrevista aos usuários, fundamentaram a análise mais reforçada da área estudada, assim como viabilizaram a formação de sugestões com proposta através de projetos que possam garantir livre acesso a toda e qualquer indivíduo, sem restrições. Notou-se através dos resultados que o local em estudo não promove a acessibilidade, fazendo com que a pessoa com deficiência não possa utilizar dos lazeres oferecidos pelo espaço. Mas, por outro lado, mostrou-se como com pequenas ações podem tornar o balneário, um local acessível para todos.

Palavras-chave: Normas; balneário; acessibilidade; deficiência; inclusão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exemplo de barreira.	20
Figura 2: Mapa com a localização do Balneário.	30
Figura 3: Gráfico dos locais de maior utilização.	32
Figura 4: Gramado.	33
Figura 5: Gramado frontal.	34
Figura 6: Gramado lateral.	34
Figura 7: Acesso principal ao calçadão.	36
Figura 8: Calçadão.	36
Figura 9: Rampa calçadão.	37
Figura 10: Acesso secundário ao calçadão.	37
Figura 11: Vista aérea com foco na água.	39
Figura 12: Vista lateral com foco na água.	39
Figura 13: Acesso ao quiosque.	41
Figura 14: Desnível no acesso ao quiosque.	41
Figura 15: Mesa e banco existente no quiosque.	42
Figura 16: Pia existente no quiosque.	42
Figura 17: Acesso principal ao banheiro.	44
Figura 18: Porta de entrada do banheiro.	45
Figura 19: Estrutura interna do banheiro.	45
Figura 20: Banheiro PNE existente.	46
Figura 21: Pia PNE existente.	46
Figura 22: Entrada para as Duchas.	47
Figura 23: Estrutura interna das Duchas.	47
Figura 24: Ducha PNE existente.	48
Figura 25: Acesso secundário ao banheiro.	48
Figura 26: Gráfico da porcentagem de conformidade e não conformidade.	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Identificação dos locais de maior utilização.	31
Tabela 2: Problemas/Solução gramado.	35
Tabela 3: Problemas/Solução calçada.	38
Tabela 4: Problemas/Solução água.	40
Tabela 5: Problemas/Solução quiosque.	43
Tabela 6: Problemas/Solução banheiro.	49

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NBR – Norma Brasileira

OMT – Organização Mundial de Turismo

PcD – Pessoa com deficiência

PNE – Pessoa com necessidades especiais

PNS – Pesquisa Nacional de Saúde

SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SNPD – Subsecretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	11
1.1 INTRODUÇÃO	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 Objetivo geral.....	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	13
1.5 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE	13
1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	13
CAPÍTULO 2	14
2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1.1 Conceito de Acessibilidade	14
2.1.2 Desenho Universal	14
2.1.3 Caracterização da pessoa com deficiência	16
2.1.4 O papel da engenharia civil na acessibilidade.....	18
2.1.5 Definição e classificação das barreiras.....	19
2.1.6 Relação entre turismo e acessibilidade.....	20
2.1.7 Legislação e normatização	22
2.1.8 Importância da acessibilidade em ambientes públicos.....	26
2.1.9 Órgãos que atuam na defesa dos direitos da pessoa com deficiência	26
CAPÍTULO 3	29
3.1 METODOLOGIA.....	29
3.1.1 Tipo de estudo e local da pesquisa	29
3.1.2 Caracterização da amostra	29
3.1.3 Instrumentos e procedimentos para coleta de dados	30
3.1.4 Análise dos dados	31
CAPÍTULO 4	32
4.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES	32
4.1.1 Gramado	33
4.1.2 Calçada	36
4.1.3 Água	39
4.1.4 Quiosques	41

4.1.5 Banheiro	44
CAPÍTULO 5	54
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
CAPÍTULO 6	55
6.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	55
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICES	60

CAPÍTULO 1

1.1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o turismo teve um crescimento significativo, se tornando uma das principais atividades econômicas no país. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), a atividade turística mundial superou as expectativas de crescimento em 2017, tendo um aumento de 7%, em relação a 2016: o mais alto em sete anos.

O setor privado está investindo cada vez mais nesse segmento, aumentando o nível de divulgação dos destinos, tornando o preço e formas de pagamento mais acessíveis e, também, adquirindo equipamentos hoteleiros, que trazem comodidade e profissionais qualificados, para atendimento ao turista, que é cada vez mais exigente (LEMOS, 2003).

Entretanto, nem todas as pessoas podem se beneficiar desse entretenimento. Entre elas estão às pessoas com algum tipo de deficiência, seja ela temporária ou permanente. Isso se deve ao fato de a maioria desses locais não possuírem as adaptações mínimas necessárias de acesso, deixando de lado uma das garantias básicas do ser humano: a locomoção com segurança e autonomia.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015) revelam que 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) considerou quatro tipos de deficiências: auditiva, visual, física e intelectual. O estudo mostra também que 1,3% da população têm algum tipo de deficiência física e, quase metade desse total, tem grau intenso ou muito intenso de limitações. Essa parcela da população é muito significativa e contribui para o movimento da economia, da mesma maneira, que a população sem deficiência. Mesmo assim, muitas vezes são excluídos de atividades, que geram lazer, por falta de infraestrutura e preocupação com acessibilidade, violando o direito garantido por lei.

Ainda que haja muito a ser feito, para que pessoas com deficiência tenham seus direitos plenamente respeitados pela sociedade brasileira, é visível que nos dias atuais, esse assunto vem ganhando maior proporção visibilidade e interesse de todos os setores, assim como, da população em geral.

Sendo assim, este trabalho tem o objetivo de Analisar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, nos locais mais utilizados do Balneário Terra das Águas, localizado no município de Santa Helena – PR.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, nos locais mais utilizados do Balneário Terra das Águas, localizado no município de Santa Helena – PR.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar os pontos onde existem maior utilização e concentração dos visitantes, na percepção dos usuários;
- Investigar quais são as barreiras de estruturas físicas e dificuldades, para o acesso de pessoas com deficiência, nos locais de maior utilização;
- Comparar as dificuldades encontradas com as normas vigentes.

1.3 JUSTIFICATIVA

O turismo é um importante setor de atividade, que gera interação entre as pessoas, costumes e culturas diferentes. Esta deve incluir a todos, pois, de acordo com a Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), o lazer é direito de qualquer cidadão. Apesar disso, sabe-se que as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência (PcD), nesse setor, nem sempre são atendidas. Silva e Rue (2015) citam que, embora o Brasil tenha uma legislação específica para pessoas com deficiência, esse grupo se destaca no percentual elevado das estatísticas de exclusão social, o que aponta a necessidade de mudanças na sociedade para com estes indivíduos.

Sendo assim, esse trabalho acadêmico justifica-se pela importância da inserção de pessoas com deficiência, nas atividades de lazer e turismo, de forma igualitária e sem preconceitos, incluindo-as na sociedade.

O estudo pode colaborar para uma futura eliminação das barreiras de estruturas físicas, que dificultam a acessibilidade e mobilidade de pessoas portadoras de deficiência, aos

serviços disponíveis no balneário, como por exemplo, ser utilizado, para um futuro projeto de acessibilidade, pelo Poder Executivo do Município.

No âmbito acadêmico, esse estudo visa contribuir, esclarecendo e conscientizando educadores e educandos, acerca dos fatores que dificultam o acesso de pessoas com deficiência, ao lazer e melhor qualidade de vida.

1.4 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O Balneário Terra das Águas possui as condições necessárias de acessibilidade para pessoas com deficiência, de acordo com as normativas vigentes?

1.5 FORMULAÇÃO DA HIPÓTESE

O Balneário Terra das Águas não possui as condições necessárias de acessibilidade para pessoas com deficiência de acordo com as normativas vigentes.

1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi limitada à investigação das barreiras de estruturas físicas (materiais) existentes, para acessibilidade de pessoas com deficiência, nos locais de maior utilização dos visitantes no Balneário Terra das Águas, localizado na extensão da Avenida Brasil, no município de Santa Helena, Paraná.

A investigação utilizou observação de campo à área de estudo, através de inspeção visual, levantamento fotográfico e entrevista, com a finalidade de identificar as limitações de acessibilidade, não havendo testes laboratoriais. Além disso, a pesquisa se fundamentou em uma revisão bibliográfica para embasamento do tema e em normas em vigência sobre o assunto. Restringiu-se à pesquisa, a identificação dos obstáculos e reconhecimento das dificuldades, comparando-as com as normas vigentes.

CAPÍTULO 2

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo será abordado o conceito de acessibilidade, relação entre acessibilidade, causas de manifestações patológicas, detalhamento das mesmas e como elas ocorrem.

2.1.1 Conceito de Acessibilidade

Segundo o Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa (2001), a acessibilidade é a junção das condições de acesso a serviços, equipamentos ou edifícios destinados às pessoas com mobilidade reduzida ou com necessidades especiais.

De acordo com a NBR 9050 (2015, p.2) acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

Nos termos do art. 8º, Inciso I do Decreto Federal nº 5296/04, a acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e independência, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Em resumo, a acessibilidade é o mecanismo que dá direito a toda pessoa que tem algum tipo de deficiência ou necessidade especial, de se deslocar para qualquer espaço público (dentre eles estão inclusos os locais de turismo e lazer), com independência e segurança.

2.1.2 Desenho Universal

O conceito de Acessibilidade está diretamente ligado ao conceito de Desenho Universal, que considera a diversidade humana, na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos, de forma a respeitar as diferenças existentes entre as pessoas e a garantir a

integração entre ambiente e usuários, para que sejam concebidos como conjunto e não como partes isoladas (SILVA, 2010).

Para Feijó (2003), as pessoas com dificuldades de locomoção ou pessoas com deficiência devem ser consideradas como parte do mundo, e não como um mundo à parte, sendo, portanto necessário criar ambientes e mecanismos que possam ser usados normalmente por um grande número de pessoas. Este é um dos elementos-chave do conceito de Desenho Universal.

Nos termos do Capítulo III, Inciso IX do Decreto Federal de Brasil nº. 5.296/04, o desenho universal é a concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características, de forma independente, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

Na perspectiva de Silva (2010), a concepção do espaço arquitetônico ou urbanístico também deve fundamentar-se nos conceitos de acessibilidade, na interação entre o indivíduo e o ambiente, de forma a contribuir com o desenho de ambientes adequados ao usuário, nas suas formas e usos.

Segundo Prado *et al.* (2010), existem sete princípios do Desenho Universal, criados em 1997 nos Estados Unidos, e que são usados atualmente pelo mundo todo:

- 1) Uso equitativo: o design pode ser utilizado por qualquer grupo de pessoas;
- 2) Uso Flexível: o design acomoda uma larga faixa de preferências e habilidades individuais;
- 3) Uso simples e intuitivo: o design é de fácil compreensão, independentemente das necessidades do indivíduo, dos seus conhecimentos, aptidões linguísticas ou nível de concentração;
- 4) Informação de fácil percepção: o design comunica eficazmente as informações necessárias ao usuário, independente das condições do meio ambiente e das habilidades sensoriais do usuário;
- 5) Tolerância ao erro: o design minimiza riscos e consequências negativas adversas de ações acidentais ou involuntárias;
- 6) Baixo esforço físico: o design pode ser utilizado eficiente e confortavelmente com o mínimo de fadiga;
- 7) Dimensão e espaço de abordagem e de utilização: Espaço e dimensão adequada para a abordagem, manuseamento e utilização, independentemente da estatura, mobilidade ou postura do utilizador.

Para Silva (2010), dessa forma, estar-se-á possibilitando a inclusão social das pessoas com deficiência no espaço urbano.

De acordo com Coutinho (2006), os princípios básicos do Desenho Universal visam:

- Permitir que pessoas de diversos padrões ou em diferentes possam interagir sem restrições com o ambiente projetado;
- Reduzir a quantidade de energia necessária para a utilização de produtos e ambientes. Considerar, enfim, distâncias e espaços, de modo a que estes fatores não obriguem o indivíduo a um esforço adicional ou a cansaço físico;
- Adequar ambientes e produtos para que sejam mais compreensíveis, prevendo inclusive, as necessidades de pessoas com perdas visuais ou auditivas, criando soluções especiais, por meio de cores vibrantes, sinais tácteis e sonoros;
- Integrar produtos e ambientes, para que sejam concebidos como sistemas e não como partes isoladas.

2.1.3 Caracterização da pessoa com deficiência

A nomenclatura “pessoa com deficiência” é a utilizada atualmente no Brasil, sendo incorporada pela Constituição Federal de 1988. Trata-se de uma expressão que busca ressaltar o conceito de pessoa, diminuindo a desvantagem e o preconceito gerados por uma abordagem que, até pouco tempo, reduzia a pessoa à sua deficiência, além de caracterizar todo um grupo de indivíduos (FEIJÓ, 2003).

Não existe consenso entre os autores que focam seus estudos em pessoas com deficiência, nem mesmo no que diz respeito a como denominar seus sujeitos de pesquisa (CARVALHO, 2007). O termo “portadores de necessidades especiais” é muito utilizado; deve-se notar, contudo, que tal expressão refere-se a qualquer pessoa que, permanente ou temporariamente, apresenta necessidades especiais em decorrência de sua condição atípica. Assim, esse termo pode abranger, por exemplo, gestantes, idosos, cadeirantes e deficientes mentais (GOULART, 2007). Outros autores parecem privilegiar o termo “pessoas portadoras de deficiência”, mas a maioria opta por utilizar “pessoas com deficiência”, em razão de considerar que as deficiências de um ser humano não são portadas, mas antes são vivenciadas pelas pessoas (CARVALHO, 2007). Sendo assim, o presente trabalho utilizará o termo usado pela maioria dos autores.

Pessoa com necessidade especial, segundo o art. 3º do Decreto Federal nº 914/1993 (Brasil, 1993, p. 1) é “aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. Ou ainda, segundo o Ministério da Justiça, como “aquela que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de algum tipo de atividade” (BRASIL, 2009, p.16).

Na legislação brasileira, os diferentes tipos de deficiência estão categorizados no Decreto nº 5.296/2004 como: deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla, que é a associação de mais de um tipo de deficiência (BRASIL, 2004).

Enquadram-se nas categorias do Decreto nº 5.296/2004:

a) Deficiência física: alteração completa ou parcial de uma ou mais partes do corpo humano, ocasionando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou completa, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

c) Deficiência visual: cegueira, na qual a percepção visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa percepção visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência paralela de quaisquer das condições anteriores;

d) Deficiência mental/intelectual: desempenho intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas;

e) Deficiência múltipla: junção de duas ou mais deficiências.

Segundo a Comissão de Acessibilidade do Senado Federal (2005), ao se relacionar com pessoas com necessidades especiais deve se observar os itens, a seguir.

a) É necessário conhecer e atender as necessidades específicas das pessoas com necessidades especiais, para proporcionar a sua inclusão, participação e promoção social;

b) Para facilitar a locomoção e a mobilidade das pessoas com necessidades especiais é importante motivar e possibilitar a sua participação na realidade social em que vive, construindo e adaptando mecanismos;

c) Os programas de saúde e educação contribuem sobremaneira para o desenvolvimento e inclusão de pessoas com necessidades especiais, por meio de serviços especializados de habilitação ou reabilitação;

d) Se a pessoa com necessidade especial não consegue participar das atividades sociais de forma adequada, devemos avaliar as suas necessidades e as condições de acesso existentes, visando ressignificar os espaços e as oportunidades de inclusão e participação social;

e) Para oportunizar e incentivar a pessoa com necessidade especial a assumir funções importantes na comunidade, como voluntário ou como profissional, basta que lhe sejam dadas as oportunidades de acesso e participação.

2.1.4 O papel da engenharia civil na acessibilidade

A engenharia civil tem papel fundamental, quando o assunto é acessibilidade. É através dela que se facilita a realização das atividades rotineiras das pessoas com necessidades especiais, contribuindo para a criação de mecanismos, que melhorem a qualidade de vida dessas pessoas.

Atentar para a acessibilidade é permitir à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos (NBR 9050, 2015).

Lunaro e Ferreira (2005) afirmam que as pessoas com necessidades especiais, assim como os idosos, encontram diariamente vários obstáculos ao se locomoverem pelas ruas, praças, calçadas, edifícios públicos, sistema de transporte, etc., apesar das recomendações impostas pela legislação. Nesta legislação pode-se ter acesso às recomendações quanto ao dimensionamento das calçadas, dos pontos de parada de ônibus, disposição do mobiliário urbano (postes, hidrantes, bancos, lixeiras, caixas de correio, cabines telefônicas, etc.), rampas, canteiros centrais, arborização etc.

Segundo o Decreto Federal de Brasil nº 5296/04 (2004), toda edificação deve ser baseada nos princípios de Desenho Universal, ou seja, ser acessível a todo e qualquer cidadão,

independente do tipo de necessidade que o mesmo apresenta. Assim, percebe-se a importância que a engenharia civil e a arquitetura têm em torno das adaptações de ambientes já construídos e que, ainda serão, de modo a torná-los acessíveis a todos. Conforme CORRÊA *et al.* (2004), fatos assim implicam na necessidade de inclusão de disciplinas que relacionam a acessibilidade, como parte das matérias dos cursos de graduação, dos profissionais responsáveis pela construção do espaço habitado.

De acordo com Carvalho e Castro (2012), a construção de ambientes acessíveis deve ser cadeira obrigatória nos cursos de engenharia e arquitetura e que aos órgãos públicos cabe fazer cumprir a legislação, com maior destaque no caso de engenheiros e arquitetos, responsáveis pelos ambientes construídos.

Conforme o CONFEA (2017), o desenvolvimento da acessibilidade necessita da integração das obras, produtos e serviços, pois acessibilidade é um conjunto de ações transversais, ou seja, as diversas áreas em que houver novos projetos ou intervenções devem desenvolver estudos conjuntos, de maneira a prever todas as interfaces, necessidades e recursos. A fiel observação às normas técnicas de acessibilidade infere um projeto bem elaborado.

A importância da acessibilidade tem mudado a criação e o objetivo dos projetos de edificações e estruturas, por parte dos profissionais das áreas da engenharia civil e da arquitetura. Atualmente, busca-se habilitar locais de uso público, eliminando as barreiras existentes, assim, melhorando a qualidade de vida e de segurança das pessoas que necessitam desse acesso (MIOTTI, 2012).

2.1.5 Definição e classificação das barreiras

Segundo Corrêa *et al.* (2004), um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a qualquer dos seus usuários. No entanto, a maioria das cidades é construída e modificada, desconsiderando as particularidades de cada indivíduo que habitará nestes ambientes.

Diversos estudos apontam o lazer turístico como oportunidade para a inclusão social de pessoas com deficiência (ALMEIDA, 2006; SASSAKI, 2003). As pessoas com deficiência enfrentam diversas barreiras para desempenhar os mais diferentes papéis na sociedade, inclusive o de consumidores (CARVALHO, 2007).

De acordo com o Ministério do Turismo (Brasil, 2006b, p.10) as barreiras são “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação”. Ainda, segundo o mesmo Órgão, essas barreiras podem ser classificadas como segue:

- a) Barreiras urbanísticas: as presentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) Barreiras nas edificações: as existentes ao redor e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum e nas edificações de uso privado multifamiliar;
- c) Barreiras nos transportes: as existentes no setor de transportes;
- d) Barreiras nas comunicações e informações: qualquer dificuldade ou obstáculo que entrave ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens, por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.

Figura 1: Exemplo de barreira.



Fonte: Google imagem (2018).

2.1.6 Relação entre turismo e acessibilidade

Segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2009), para que haja um desenvolvimento da atividade turística com equilíbrio, deve-se considerar um conjunto composto por cinco elementos: atrativo, infraestrutura, serviços, comunidade e turista. Esses elementos são essenciais para o turismo e quando atuam juntos trazem muitos benefícios para a sociedade, como um todo.

As pessoas com necessidades especiais representam uma parcela importante da sociedade e também têm o direito de usufruir do lazer. Essa junção que inclui a participação dos PNE na atividade turística faz parte do Turismo Social, uma iniciativa recente, que de acordo com o Ministério do Turismo (Brasil, 2006a, p. 6) “é a forma de conduzir e praticar a atividade turística, promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade, e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão”. Portanto, o Turismo Social é uma maneira de igualar os direitos e condições, para as pessoas com deficiência, de modo a facilitar o acesso a locais, equipamentos e serviços turísticos.

Segundo o Ministério do Turismo (Brasil, 2014) considera-se que as dificuldades em acessibilidade não são problemas que se resolvam de forma estanque, e sim, com o contínuo avanço na estruturação dos destinos turísticos, aumentando e aprimorando a qualidade das informações e dos serviços prestados. Sensibilizar e qualificar gestores públicos, privados e prestadores de serviços turísticos, para o atendimento adequado às pessoas com deficiência e adequar empreendimentos e atividades turísticas, de forma a possibilitar a independência desse público se torna imprescindível e urgente.

De acordo com a mesma Publicação, no âmbito do setor turístico, verifica-se uma lacuna em relação às informações sobre a acessibilidade de atrativos, empreendimentos e serviços turísticos. Atualmente, as informações são pulverizadas e, muitas vezes, inconsistentes, o que dificulta que a pessoa com deficiência planeje e monte seus roteiros de viagens.

O Turismo Acessível tem como conceito, uma iniciativa que visa incluir a maior parte possível da população naquelas atividades consideradas genericamente de turismo e/ou lazer (FERRÉS, 2006).

De acordo com Sasaki (2003), a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta, para poder incluir as pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas pessoas se preparam para assumir seus papéis na sociedade, conforme seu direito.

Segundo Moreira (2008), a acessibilidade no turismo é uma responsabilidade que não cabe apenas às entidades ligadas ao entendimento direto, mas amplia-se também aos órgãos públicos, que devem considerar em suas estratégias políticas, a forma como poderiam tornar viável a inclusão das pessoas com necessidades especiais. Além disso, há muitos lugares que se dizem acessíveis e, na verdade, suas adaptações não são suficientes.

É necessário, portanto, produzir, sistematizar e espalhar informações sobre a acessibilidade de empreendimentos e atrações turísticas no Brasil, possibilitando a pessoa com deficiência a exercer o seu direito de viajar por todo o Brasil, com independência. Tais

informações podem servir, ainda, de subsídios para a definição de políticas públicas para as pessoas com deficiência, assim como, para a tomada de decisão do governo e da iniciativa privada, para a melhoria dos produtos e serviços turísticos (BRASIL, 2014).

2.1.7 Legislação e normatização

O termo “lei” significa uma norma que é estabelecida por uma autoridade soberana e tem a finalidade de controlar os comportamentos das pessoas e impor regras, de acordo com os princípios daquela sociedade (SCHMIEGUEL, 2010).

Conforme o CONFEA (2017), as funções das normas técnicas são: possuir papel fundamental no desenvolvimento do país; reduzir a diversificação de produtos; eliminar o desperdício e o retrabalho; facilitar a troca de informações; especificar critérios de desempenho; determinar padrões de qualidade e segurança; melhorar a produtividade e o desenvolvimento tecnológico.

Para garantir que as pessoas com necessidades especiais tenham os mesmos direitos na sociedade, que as demais pessoas, foram formuladas normas específicas, leis e decretos para acessibilidade, com o intuito de promover a supressão de barreiras e obstáculos, que possam impedir e dificultar a mobilidade (CORRÊA *et al.*, 2004).

De acordo com o Ministério do Turismo (Brasil, 2006b), as pessoas com necessidades especiais devem estar asseguradas as mesmas oportunidades das demais, a mesma possibilidade de deslocar-se e de opção dos locais, além de que, são consumidores e esperam ser tratados com a mesma dignidade e respeito, tendo garantido seu acesso a edifícios, ao lazer, ao transporte, à informação e ao direito de viajar. Elas também têm o direito de se beneficiar da cidade como um todo, incluindo áreas de lazer e entretenimento. O direito e o acesso a esses lugares são fundamentais para que não se exclua ninguém e para que todos tenham os mesmos direitos.

Em entrevista dada a Revista *Collezione*, a arquiteta Thêmys Nóbrega (2015) relata que é preciso implantar políticas públicas permanentes e adaptáveis, para que elas se ajustem ao novo contexto social. Segundo ela, a questão de adequação para a acessibilidade é exigida por lei em edifícios de uso público, como calçadas, escolas, comércios, bancos, igrejas, hospitais, que devem garantir, por lei, a acessibilidade. Além disto, também é exigida essa adaptação às edificações privadas destinadas ao uso público, como, por exemplo, as áreas comuns de um condomínio.

As áreas de lazer devem ser construídas para o melhor uso, de forma individual ou coletiva, por todos que as frequentam. Mesmo tendo leis e normas que estabelecem o direito de pessoas com necessidades especiais irem a estes lugares, muitas vezes, na prática, as obras não são executadas adequadamente, de forma a eliminar as barreiras (SASSAKI, 2003).

A seguir apresentam-se algumas leis, normas e decretos existentes, estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pela Legislação Estadual e pela Legislação Federal:

- NBR 9050:2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- NBR 9284:1986 - Equipamento urbano – classificação;
- NBR 13994:2000 - Elevadores de passageiros para pessoa com deficiência;
- NBR 14020:1997 - Acessibilidade no trem de longo percurso;
- NBR 14021:1997 - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano;
- NBR 14022:1997 - Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros;
- NBR 14273:1999 - Acessibilidade no transporte aéreo comercial;
- NBR 14970-1:2003 - Acessibilidade em veículos automotores – requisitos de dirigibilidade;
- NBR 14970-2:2003 - Acessibilidade em veículos automotores – diretrizes para avaliação clínica de condutor;
- NBR 14970-3:2003 - Acessibilidade em veículos automotores – diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado;
- NBR 15250:2005 - Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário;
- NBR 15290:2005 - Acessibilidade em comunicação na televisão;
- NBR 15320:2005 - Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário;
- NBR 15450:2006 - Acessibilidade de passageiro no sistema de transporte aquaviário;
- NBR 9077:2001 - Saídas de emergências em edifícios – procedimentos;
- NBR 10898:1 - Sistema de iluminação de emergência;
- NBR 15655-1 - Plataforma elevatória motorizada para pessoas com mobilidade reduzida.

- Lei Nº 13.126 - 10/04/2001 - “Cria o programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência: Cidade para todos”, através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, com participação da iniciativa privada que receberá incentivos fiscais para tanto.

- Lei 15.119 – 16/05/2006 - Institui o “Programa de compromisso das empresas e órgãos públicos do Governo do Paraná com as condições de acessibilidade em calçadas e vias públicas”.

- Lei 15.449 – 30/01/2007 - Altera o item C do art. 3º da Lei 15.119/2006 - Padrões de acesso às calçadas e vias públicas.

- Decreto 5.296 – 02/12/2004 - Regulamenta a Lei 10.048, de 8/11/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

- Lei 7.405 – 12/11/1985 - Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.

- Lei 7853 – 24/10/1989 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

- Lei 8.899 – 29/07/1994 - Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

- Lei 10.098 – 19/12/2000 - Estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

- Lei 1.048 – 8/12/2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

- Decreto 3.298 – 20/12/1999 - Regulamenta a Lei 7.853, de 24/10/1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá providências.

- Decreto 3.691, DE 19/12/2000 - Regulamenta a Lei 8.899, de 29/07/1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência, no sistema de transporte coletivo interestadual.

- Decreto 3.956 – 8/10/2001 - Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.
- Portaria 3.284 – 07/11/2003 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.
- Lei 13.146 – 06/07/2015 - Estatuto da pessoa com deficiência.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas publicou a NBR 9050 (2015), que dispõe sobre acessibilidade e apresenta definições importantes, para melhor compreensão desse tema, como segue:

- a) Acessível: espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser lançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.
- b) Adaptável: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas, para que se torne acessível.
- c) Adaptado: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram alteradas posteriormente, para serem acessíveis.
- d) Adequado: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas, para serem acessíveis.
- e) Rota acessível: trajeto contínuo, desobstruído, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida. A rota acessível pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestre, pisos, corredores, escadas, rampas, entre outros.
- f) Piso tátil: Piso caracterizado por textura e cor contraste, em relação ao piso adjacente, destinado a construir alerta ou linha guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São de dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional.
- g) Linha-guia: Qualquer elemento natural ou edificado, que possa ser utilizado como referência de orientação direcional por todas as pessoas, especialmente as com deficiência visual.

Conforme acima listado, existem diversas normas e leis que estão em vigência que tem como objetivo proteger e garantir os direitos das pessoas com deficiência. Portanto, cabe aos responsáveis colocá-las em prática.

2.1.8 Importância da acessibilidade em ambientes públicos

Os ambientes públicos possuem vários tipos de espaços livres que são destinados ao lazer e entretenimento, espaços livres são espaços projetáveis, não edificadas e não contidos dentro das edificações, por exemplo, ruas, pátios, praças, parques, praias, entre outros (LUNARO e FERREIRA, 2005). São nesses espaços, que muitas vezes não se tem a acessibilidade para as pessoas com deficiência, retirando o direito destes cidadãos.

Conforme Ely *et al.* (2006), os espaços livres exercem várias funções formais e funcionais na cidade contemporânea, já que são espaços de lazer e integração. Dentre as várias funções, destacam-se: função social (pois proporciona encontro e lazer e promove a socialização dos indivíduos); função organizacional (organizam a infraestrutura da cidade) e função cultural (já que fortalecem a identidade e tradição do local). Os espaços livres públicos, devido ao seu suporte caráter democrático, deveriam ser acesso garantido a toda e qualquer pessoa.

A promoção da acessibilidade é parte fundamental para a concretização de espaços igualitários, sejam eles públicos ou privados, que permitam sua plena utilização por todo e qualquer usuário. Para que isso ocorra, é necessária a superação de barreiras e os espaços públicos devem permitir, a todo e qualquer indivíduo, as mesmas oportunidades de ir e vir, com os mais altos níveis possíveis de autonomia e independência (PEDROSO *et al.* 2017).

2.1.9 Órgãos que atuam na defesa dos direitos da pessoa com deficiência

O Brasil possui uma legislação bastante avançada nesta área. Abaixo, citam-se alguns órgãos importantes, que vêm atuando na defesa dos interesses das PcD.

2.1.9.1 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)

O CONADE, Órgão Governamental, ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foi criado pela Lei 10.683/03 - art. 24, parágrafo único, para acompanhamento e avaliação da política nacional de inclusão das pessoas com deficiência. Integram o Conselho: representantes governamentais, representantes dos Conselhos Estaduais

e Municipais da Pessoa com Deficiência e representantes da sociedade civil (KORNALEWSKI, 2011).

2.1.9.2 Subsecretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)

O SNPD, Órgão responsável pela articulação e coordenação das políticas públicas, com foco nas pessoas com deficiência, também conhecido como CORDE, já que até 2009 significava Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, é uma subsecretaria ligada diretamente à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Dentre suas atribuições, está a de coordenar e supervisionar o Programa Nacional de Acessibilidade e o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, emitir pareceres técnicos referentes à área quando em tramitação no Congresso Nacional, promover ações contra a discriminação, exploração e violência contra as pessoas com deficiência, incentivar a formação de vinte e nove conselhos estaduais e municipais, da pessoa com deficiência, dentre outras tantas atribuições, sempre primando pela inclusão social da PcD (KORNALEWSKI, 2011).

2.1.9.3 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência

O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Paraná foi criado em outubro de 2005, através da Lei 12.239, como órgão consultivo, deliberativo e investigador da Política Estadual da Pessoa com Deficiência, com base nos artigos 203 e 227 da Constituição Federal e artigo 195, da Constituição Estadual. Dentre suas muitas atribuições, está a de estimular a promoção na Administração Pública de atividades que possibilitem a inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Estado, receber denúncias sobre violações dos direitos das pessoas com deficiência, dando o encaminhamento necessário, apoiar e estimular a criação de conselhos municipais da pessoa com deficiência (KORNALEWSKI, 2011).

2.1.9.4 Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência

O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência é um órgão de colaboração governamental, que têm por propósito auxiliar a administração na orientação, planejamento, fiscalização e julgamento de matéria de sua competência (KORNALEWSKI, 2011).

CAPÍTULO 3

3.1 METODOLOGIA

Nesse capítulo será abordada a metodologia utilizada para esta pesquisa, detalhando o local da pesquisa, a caracterização e os instrumentos e procedimentos utilizados.

3.1.1 Tipo de estudo e local da pesquisa

Tratou-se de um estudo de caso, com levantamento visual das barreiras de estruturas físicas nos locais de maior utilização, para acessibilidade de pessoas com deficiência do Balneário Terra das Águas, localizado na cidade de Santa Helena, Paraná.

A pesquisa foi realizada pelo método qualitativo, pois foram investigados os locais de maior utilização dos visitantes para posterior coleta de informações das barreiras de estruturas físicas presentes no balneário, através de inspeção visual (*in loco*) onde as mesmas foram medidas, quando necessário, identificando as possíveis dificuldades, através da comparação com as normas de acessibilidade em vigência.

3.1.2 Caracterização da amostra

O estudo de caso foi realizado no Balneário Terra das Águas, localizado na extensão da Avenida Brasil, no município de Santa Helena, Paraná, às margens do Lago de Itaipu, como é representado na Figura 2.

O balneário tem aproximadamente 86 hectares de uma área de lazer, arborizada e bem cuidada. O espaço dispõe de uma infraestrutura com quiosques, churrasqueiras, quadras poli esportivas, local para acampamento com barracas e *trailers*, sanitários, galpões para realização de eventos (festas, exposições, festivais, entre outros) e área para estacionamento. É possível também praticar esportes náuticos, como pesca esportiva e canoagem. Além de possuir 950 metros de orla, onde se pode realizar caminhadas e passeios de bicicleta.

Figura 2: Mapa com a localização do Balneário.



Fonte: Google Maps (2018).

3.1.3 Instrumentos e procedimentos para coleta de dados

A coleta de dados foi realizada de forma visual, no próprio local do empreendimento, realizando visitas técnicas no balneário entre os meses de junho, julho e agosto de 2018. Realizou-se primeiramente a investigação dos locais de maior utilização dos visitantes e posteriormente efetuou-se o registro fotográfico das barreiras de estruturas físicas encontradas por pessoas com deficiência nesses locais, bem como a medição das mesmas, ocorrendo anotações.

As visitas foram realizadas em período integral, de acordo com a disponibilidade do balneário, sendo a Direção de Turismo, responsável pelo zelo do local da pesquisa, previamente informada.

Para a identificação dos locais onde existem a maior utilização e concentração dos visitantes, foi feita uma entrevista, com uma amostra de 35 pessoas aleatórias, conforme a Tabela 1. “A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 195). A entrevista completa está no APÊNDICE A.

Tabela 1: Identificação dos locais de maior utilização.

ENTREVISTA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE MAIOR UTILIZAÇÃO							
PERGUNTA: NA SUA OPINIÃO, QUAIS OS 5 LOCAIS DE MAIOR UTILIZAÇÃO NO BALNEÁRIO TERRA DAS ÁGUAS?							
SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	LOCAL 1	LOCAL 2	LOCAL 3	LOCAL 4	LOCAL 5

Fonte: Autor (2018).

3.1.4 Análise dos dados

Após a coleta de dados da entrevista foram elencados os cinco locais de maior utilização pelos visitantes, relacionando o local listado com a quantidade de votos para o mesmo, utilizando um gráfico de coluna. Para os cinco locais de maior utilização elencados, realizou-se a respectiva análise, ocorrendo relatório fotográfico e medições nos locais que houve a necessidade, por exemplo, portas, acessos e declividade de rampas.

Posteriormente, foi realizada a comparação entre os dados coletados nos locais com as normas de acessibilidade vigentes, expondo as dificuldades encontradas por pessoas com deficiência ao visitar o balneário nos locais de maior utilização.

CAPÍTULO 4

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

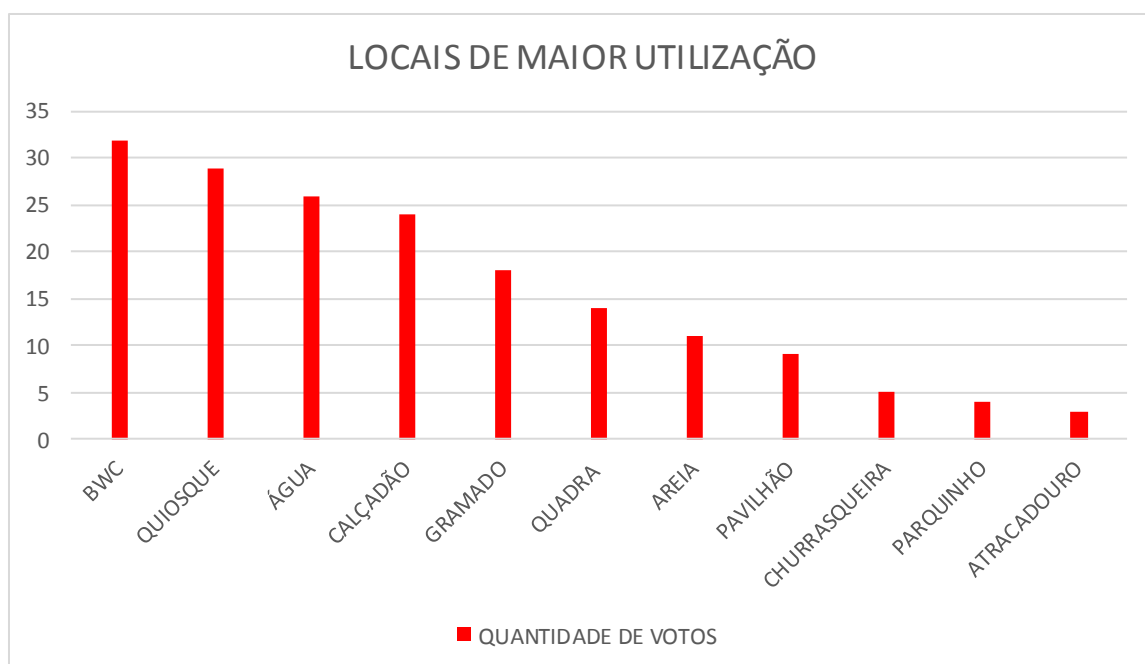
Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos com a realização da pesquisa de campo que consistiu em analisar quais são as barreiras de estruturas físicas, para o acesso de pessoas com deficiência, nos locais de maior utilização no Balneário Terra das Águas e, também, identificar quais as principais falhas/dificuldades encontradas para acessibilidade no local, comparando esses dados, com as normas brasileiras vigentes de acessibilidade.

Primeiramente realizou-se a entrevista com 35 pessoas aleatórias e com diferentes características, onde as mesmas foram abordadas de forma verbal com a seguinte pergunta: na sua opinião, quais os 5 locais de maior utilização do Balneário Terra das Águas?

As respostas foram feitas de forma aberta, não fornecendo ao entrevistado nenhum tipo de opção e sim deixando o mesmo expor a sua ideia livremente.

Após a coleta dos dados da entrevista, elaborou-se um gráfico de colunas, relacionando o local citado com a quantidade de votos que o mesmo recebeu, desta maneira obteve-se de forma clara e precisa os 5 locais elencados pelos usuários como os de maior utilização no balneário.

Figura 3: Gráfico dos locais de maior utilização.



Fonte: Autor (2018).

Conforme representado no FIGURA 3, os cinco locais mais votados pelos usuários foram: Bwc (32 votos), quiosque (29 votos), água (26 votos), calçadão (24 votos) e gramado (18 votos). Os 5 locais estão representados e locados no balneário conforme projeto que está no APÊNDICE B.

Após elencar os locais de maior utilização, foram feitas visitas nos mesmos efetuando o registro fotográfico, bem como a medição, ocorrendo anotações.

Como os espaços físicos são distintos, optou-se por representar cada um de forma desassociada, expondo os problemas encontrados para o acesso de pessoas com deficiência à esses locais em forma de tabela, além de ilustrações por meio de fotografias. Para isto, escolheu-se começar a descrever o local menos votado, até o local mais votado.

Além disso, após expor os problemas encontrados, foi realizada uma proposta de possíveis soluções aos locais analisados através de projetos.

4.1.1 Gramado

O local denominado como gramado está localizado no centro do balneário e é utilizado pelos usuários como um espaço de descontração, onde eles se reúnem entre amigos e familiares para divertir-se e entreter-se. É representado nas FIGURAS 4, 5 e 6.

Figura 4: Gramado.



Fonte: Autor (2018).

Figura 5: Gramado frontal.



Fonte: Autor (2018).

Figura 6: Gramado lateral.



Fonte: Autor (2018).

Os problemas encontrados no local denominado gramado, bem como as possíveis soluções propostas estão apresentados na TABELA 2.

Tabela 2: Problemas/Solução gramado.

PROBLEMAS ENCONTRADOS	SOLUÇÃO
O local não possui nenhuma rampa de acesso, dificultando o ingresso de PCD, pois há um desnível que os prejudica. O desnível é de 15 cm.	Colocação de rampas de acesso com a largura mínima de 1,20 m e inclinação entre 5% e 8,33%. As rampas devem incorporar guias de balizamento (rodapé) com altura mínima de 0,05m. Ainda precisa possuir sinalização com piso tátil para deficientes visuais, piso antiderrapante e representação com o símbolo internacional do acesso.
Falta de rota acessível. Como o local é um tapete de grama, acaba afetando a circulação de pessoas com deficiência, principalmente cadeirantes, que não possuem nenhuma faixa livre para se locomover.	Conforme a norma NBR 9050 (2015) os locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar o máximo grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio ambiente. Por este motivo, pensou-se em uma intervenção na infraestrutura, inserindo alguns corredores de piso do tipo paver que não afetarão na permeabilidade do local e também atendem as especificações da norma quanto ao piso, que devem ser antiderrapantes sob qualquer condição. Também deverão possuir sinalização tátil.
Falta de infraestrutura. O local não possui nenhum tipo de mobiliário ou equipamento para lazer e interação, que proporcionaria mais harmonia ao ambiente.	Este problema poderia ser resolvido, com a inserção de pergolados adaptados para acessibilidade. Os mesmos deveriam ser ligados aos corredores de paver, tornando o caminho e a permanência totalmente acessível.

Fonte: Autor (2018).

4.1.2 Calçadão

O local denominado calçadão é um espaço que envolve toda a orla do balneário. É usado pelos usuários com a finalidade de caminhadas, pedaladas, corridas, etc. O calçadão também é parte do conjunto de acesso à água. O acesso principal ao calçadão e o próprio calçadão em si estão representados respectivamente através das FIGURAS 7 e 8.

Figura 7: Acesso principal ao calçadão.



Fonte: Autor (2018).

Figura 8: Calçadão.



Fonte: Autor (2018).

O calçadão possui escadas para o acesso à água, onde já existe uma rampa construída, ver FIGURA 9.

Figura 9: Rampa calçadão.



Fonte: Autor (2018).

O calçadão também possui um acesso secundário que está representado na FIGURA 10.

Figura 10: Acesso secundário ao calçadão.



Fonte: Autor (2018).

Todos os problemas constatados no local denominado calçadão, bem como as possíveis soluções de acordo com as normas vigentes estão apresentados na TABELA 3.

Tabela 3: Problemas/Solução calçadão.

PROBLEMAS ENCONTRADOS	SOLUÇÃO
Falta de rampa no acesso principal. O local ainda possui uma escada que não possui rampa acessível no seu acompanhamento e nem sequer corrimões, impossibilitando a passagem de pessoas com deficiência.	Colocação de rampa no acesso principal, respeitando as dimensões e especificações exigidas em norma. Também deve ser construída uma rampa de acesso junto às escadas, para o deslocamento de cadeirantes. Tanto a escada, quanto a rampa, devem possuir corrimões em ambos os lados.
O calçadão é feito de pedra portuguesa e não possui nenhum tipo de piso tátil, para auxílio dos deficientes visuais, isso torna a sua mobilidade praticamente impossível.	Colocação de piso tátil, em toda a extensão do calçadão, bem como nos seus acessos e rampas. Deve ser instalado de maneira que atenda a norma.
Para a descida à água o calçadão possui escadas, conforme é representado na Figura 8. Recentemente segundo a Prefeitura Municipal, foi construída uma rampa de acesso como ser visto na Figura 9, porém a rampa nos leva no seu fim à um local de grama, que dificulta o deslocamento do PcD e ainda não possui as barras de apoio necessárias conforme norma. Além disso, o calçadão em toda a sua extensão, possui somente uma rampa.	Construção de no mínimo 2 rampas além da existente, ao longo da extensão do calçadão, para melhor atender ao PcD. Além disso, devem ser colocados em cada rampa, as guias de balizamento e os corrimões, equipamentos exigidos por norma, tanto para as rampas novas, quanto para a rampa já construída. Também deve ser colocado um corredor dentro dos padrões da norma, que inicia no final da rampa, permitindo o deslocamento do PcD até a areia.
No acesso secundário, há uma rampa já construída. Mas, antes dela, entre o asfalto da rua e a rampa, existe uma faixa de pedra irregular, que dificulta o acesso até a rampa, como pode ser visto na Figura 10.	Regularizar a faixa de pedra irregular, colocando sobre ela, lama asfáltica, promovendo assim, o acesso completo ao calçadão.

Fonte: Autor (2018).

4.1.3 Água

O local tem águas calmas e limpas, usadas tanto para banho quanto para esportes náuticos. Originado às margens do maior lago artificial do mundo, o Lago de Itaipu. O lago também possui muitos lugares apropriados para a prática da pesca esportiva. As principais espécies encontradas são o Tucunaré e a Corvina. O local está representado nas FIGURAS 11 e 12.

Figura 11: Vista aérea com foco na água.



Fonte: Google imagem (2018).

Figura 12: Vista lateral com foco na água.



Fonte: Autor (2018).

Os problemas encontrados no local denominado água, bem como as possíveis soluções propostas estão apresentados na TABELA 4.

Tabela 4: Problemas/Solução água.

PROBLEMAS ENCONTRADOS	SOLUÇÃO
Como expresse anteriormente no item 4.1.2, o calçadão que é a primeira etapa para se chegar à água, deve atender as modificações impostas para se tornar acessível. Uma vez que essas modificações serem atendidas, serão vencidas duas barreiras, que são o calçadão e a faixa de grama (onde deve ser colocado um corredor continuamente à rampa). Mas ainda, terá uma terceira barreira que é a faixa de areia, onde a mesma não possui nenhum tipo de acesso livre para o PcD chegar até a água.	Segundo a NORMA 9050 (2015), para o trajeto até a água, deve ser garantida uma faixa livre de obstáculos, com no mínimo 0,90 m de largura. Ainda, os trajetos à praia demarcados como acessíveis devem estar sinalizados com o símbolo internacional de acesso. Além disso, recomenda-se que, junto a cada área de acesso adaptado à praia, exista um sanitário unissex acessível. Através da pesquisa, recomenda-se o uso de esteiras acessíveis, que começam no final do corredor (construído na faixa de grama) e vão até a água, garantindo o acesso através de faixa livre.
Não há nenhum tipo de equipamento adaptado que permite o banho seguro para o PcD.	Disponibilidade de cadeiras anfíbias e equipe especializada para o seu manuseio. As cadeiras anfíbias são cadeiras de roda equipadas com pneus especiais, mais largos e adaptadas à areia. Por isso, não afundam na água e são mais fáceis de manejar. E por serem mais altas, também permitem que o usuário entre no mar em uma profundidade segura.

Fonte: Autor (2018).

4.1.4 Quiosques

Os quiosques são espaços que possuem mesas, bancos, churrasqueira e pia. Nesse local, podem ser realizados almoços ou outros tipos de refeição, pois oferece uma estrutura boa. O acesso ao quiosque e o desnível existente no seu acesso, estão representados respectivamente nas FIGURAS 13 e 14.

Figura 13: Acesso ao quiosque.



Fonte: Autor (2018).

Figura 14: Desnível no acesso ao quiosque.



Fonte: Autor (2018).

O quiosque possui mesas, bancos e pia, conforme está representado nas FIGURAS 15 e 16, que podem ser utilizados pelos usuários.

Figura 15: Mesa e banco existente no quiosque.



Fonte: Autor (2018).

Figura 16: Pia existente no quiosque.



Fonte: Autor (2018).

Todos os problemas encontrados no local denominado quiosque, bem como as possíveis soluções de acordo com as normas vigentes estão apresentados na TABELA 5.

Tabela 5: Problemas/Solução quiosque.

PROBLEMAS ENCONTRADOS	SOLUÇÃO
Os quiosques estão distribuídos conforme apresentado no APÊNDICE B. Nenhum deles oferece acesso à PcD. Primeiramente, o acesso ao local aonde eles estão distribuídos possui um meio-fio em todo o seu entorno (Figura 14), o que dificulta o deslocamento. Além disso, entre o meio-fio e o quiosque, há vegetação, que se torna inconveniente para a passagem.	Será necessária a inserção de uma rampa de acesso para vencer o desnível do meio-fio, a mesma deve seguir os padrões impostos pela NBR 9050 (2015). Além disso, deve ser adicionado um corredor que inicia no fim da rampa, e possibilita o deslocamento do PcD ao quiosque. O corredor deve ter largura mínima de 90 cm e deve ser construído com paver para não influenciar na permeabilidade do local.
O quiosque possui um desnível de 30 cm, que impossibilita um cadeirante de acessá-lo.	Deve ser construída uma rampa de acesso, que vença o desnível altíssimo, mas não ultrapasse a inclinação máxima de 8,33% definida pela norma NBR 9050 (2015).
As mesas e bancos existentes no quiosque, não possuem padrões que possibilitem a acessibilidade.	Segundo a NBR 9050 (2015), as mesas ou superfícies de refeição acessíveis devem ser facilmente identificadas e localizadas dentro de uma rota acessível e estar distribuídas por todo o espaço. Deve ser garantida ainda circulação adjacente que permita giro de 180°. As mesas ou superfícies de refeição devem ter altura de tampo entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado. Devem ser asseguradas sob o tampo a largura livre mínima de 0,80 m, altura livre mínima de 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,50 m. Os bancos devem ser providos de encosto, ter profundidade mínima de 0,45 m, largura mínima de 0,70 m

	e ser instalados a uma altura de 0,46 m do piso acabado. Recomenda-se espaço inferior ao banco de 0,30 m, livre de qualquer saliência ou obstáculo, para permitir eventual área de manobra.
A pia existente excede a altura máxima permitida por norma.	As pias devem possuir altura de no máximo 0,85 m, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m.
O quiosque em si não tem um tamanho adequado para que um PcD possa se sentir à vontade e circular no mesmo com conforto.	Para garantir o conforto e segurança, deve ser feito uma expansão dos quiosques destinados à PcD. O tamanho deve garantir que os mobiliários e dimensões de rotas sejam respeitados.

Fonte: Autor (2018).

4.1.5 Banheiro

Todos os banheiros existentes no balneário possuem as mesmas dimensões e o mesmo layout, ver FIGURAS 17, 18 e 19.

Figura 17: Acesso principal ao banheiro.



Fonte: Autor (2018).

Figura 18: Porta de entrada do banheiro.



Fonte: Autor (2018).

Figura 19: Estrutura interna do banheiro.



Fonte: Autor (2018).

Estão dispostos em vários pontos do balneário, conforme APÊNDICE B. Os banheiros existentes no balneário possuem sanitários e também duchas para melhor atender os usuários, conforme está representado nas FIGURAS 20, 21, 22, 23 e 24.

Figura 20: Banheiro PNE existente.



Fonte: Autor (2018).

Figura 21: Pia PNE existente.



Fonte: Autor (2018).

Figura 22: Entrada para as Duchas.



Fonte: Autor (2018).

Figura 23: Estrutura interna das Duchas.



Fonte: Autor (2018).

Figura 24: Ducha PNE existente.



Fonte: Autor (2018).

O banheiro também tem um acesso secundário que fica do lado oposto ao acesso principal e está representado na FIGURA 25.

Figura 25: Acesso secundário ao banheiro.



Fonte: Autor (2018).

Os problemas encontrados no local denominado banheiro, bem como as possíveis soluções propostas estão apresentados na TABELA 6.

Tabela 6: Problemas/Solução banheiro.

PROBLEMAS ENCONTRADOS	SOLUÇÃO
O acesso principal não tem nenhuma rampa que possibilite que o PcD vença o desnível de 15 cm do meio-fio, como é representado na Figura 17.	Colocação de rampa de acesso com a largura mínima de 1,20 m e inclinação entre 5% e 8,33%. As rampas devem incorporar guias de balizamento (rodapé) com altura mínima de 0,05m, instaladas ou construídas nos limites da largura da rampa. Ainda precisa possuir sinalização com piso tátil para deficientes visuais, piso antiderrapante e representação com o símbolo internacional do acesso.
A porta de entrada do banheiro possui um desnível de 10 cm, impedindo o acesso.	Colocação de rampa de acesso com a largura mínima de 1,20 m e inclinação entre 5% e 8,33%. As rampas devem incorporar guias de balizamento (rodapé) com altura mínima de 0,05m, instaladas ou construídas nos limites da largura da rampa. Ainda precisa possuir sinalização com piso tátil para deficientes visuais, piso antiderrapante e representação com o símbolo internacional do acesso.
Na estrutura interna do banheiro por toda a sua extensão, existe uma grelha no piso, como mostrado na Figura 19, o qual impede a circulação de cadeirantes. Além disso, o revestimento utilizado no piso não atende os padrões de acessibilidade.	Segundo a NBR 9050 (2015) os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado). Para a grelha existente, se tem a proposta da sua retirada e o vão deve ser fechado e revestido.
O banheiro PNE existente, também possui problemas com a grelha e revestimento.	Para a grelha e revestimento, deve ser feito o mesmo proposto anteriormente.
Além disso, a bacia sanitária não está dentro	Para a bacia sanitária e as barras de apoio, a

da norma e não possui as barras de apoio que são exigidas.	norma padroniza o seguinte: Todos os sanitários devem ser sinalizados com o símbolo representativo de sanitário, de acordo com cada situação. Deve ser instalado dispositivo de alarme de emergência próximo à bacia. As bacias e assentos em sanitários acessíveis não podem ter abertura frontal. Para instalação de bacias sanitárias devem ser previstas áreas de transferência lateral, perpendicular e diagonal. Junto à bacia sanitária, quando houver parede lateral, devem ser instaladas barras para apoio e transferência. Uma barra reta horizontal com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação) a uma distância de 0,40 m entre o eixo da bacia e a face da barra e deve estar posicionada a uma distância de 0,50 m da borda frontal da bacia. Também deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,70 m, posicionada verticalmente, a 0,10 m acima da barra horizontal e 0,30 m da borda frontal da bacia sanitária. Junto à bacia sanitária, na parede do fundo, deve ser instalada uma barra reta com comprimento mínimo de 0,80 m, posicionada horizontalmente, a 0,75 m de altura do piso acabado (medido pelos eixos de fixação), com uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede e estendendo-se 0,30 m além do eixo da bacia em direção à parede lateral.
Ainda, o banheiro não tem o espaço	As dimensões do sanitário acessível devem

suficiente para realizar a manobra imposta pela norma.	garantir circulação com o giro de 360° e área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para a bacia sanitária.
O lavatório existente destinado à PNE, não atende os requisitos de acessibilidade.	Sua instalação deve possibilitar a área de aproximação de uma pessoa em cadeira de rodas, quando se tratar do sanitário acessível. Os lavatórios devem ser equipados com torneiras acionadas por alavancas, com esforço máximo de 23 N, torneiras com sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes. Quando utilizada torneira com ciclo automático, recomenda-se com o tempo de fechamento de 10 s a 20 s. Deve ser instalado lavatório sem coluna ou com coluna suspensa ou lavatório sobre tampo, dentro do sanitário ou boxe acessível, em local que não interfira na área de transferência para a bacia sanitária, podendo sua área de aproximação ser sobreposta à área de manobra. Os tampos para lavatórios devem garantir no mínimo uma cuba com superfície superior entre 0,78 m e 0,80 m, e livre inferior de 0,73 m. Além disso, devem ser instaladas barras de apoio que são do tipo horizontal. As barras horizontais devem ser instaladas a uma altura 0,78 m a 0,80 m, medido a partir do piso acabado até a face superior da barra, acompanhando a altura do lavatório.
A entrada para as duchas possui uma rampa totalmente fora dos padrões, que impede o acesso das pessoas com deficiência.	Colocação de rampa de acesso com a largura mínima de 1,20 m e inclinação entre 5% e 8,33%. As rampas devem incorporar guias de

	balizamento (rodapé) com altura mínima de 0,05m, instaladas ou construídas nos limites da largura da rampa. Ainda precisa possuir sinalização com piso tátil para deficientes visuais, piso antiderrapante e representação com o símbolo internacional do acesso.
A estrutura interna das duchas possui o mesmo problema já apresentado na estrutura interna do banheiro.	Segundo a NBR 9050 (2015) os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado). Para a grelha existente, se tem a proposta da sua retirada e o vão deve ser fechado e revestido.
A ducha destinada à PNE, além de ter a grelha e o revestimento impróprio, ainda possui um degrau que prejudica o acesso e um espaço inadequado.	Para a grelha e revestimento deve ser feito o mesmo que foi proposto anteriormente. Banheiros acessíveis e vestiários com banheiros conjugados devem prever área de manobra para rotação de 360° para circulação de pessoa em cadeira de rodas. As dimensões mínimas dos boxes de chuveiros devem ser de 0,90 m x 0,95 m. A ducha PNE deve possuir um banco, conforme a norma NBR 9050 (2015) regulamenta. Os boxes para chuveiros devem ser providos de barras de apoio de 90° na parede lateral ao banco, e na parede de fixação do banco deve ser instalada uma barra vertical. Para o degrau, a proposta é de trocá-lo por uma pequena inclinação, o que possibilitará o acesso.
O acesso secundário ao banheiro, também não possui nenhuma rampa que possibilite que o PcD vença o desnível de 15 cm do	Colocação de rampa de acesso com a largura mínima de 1,20 m e inclinação entre 5% e 8,33%. As rampas devem incorporar guias de

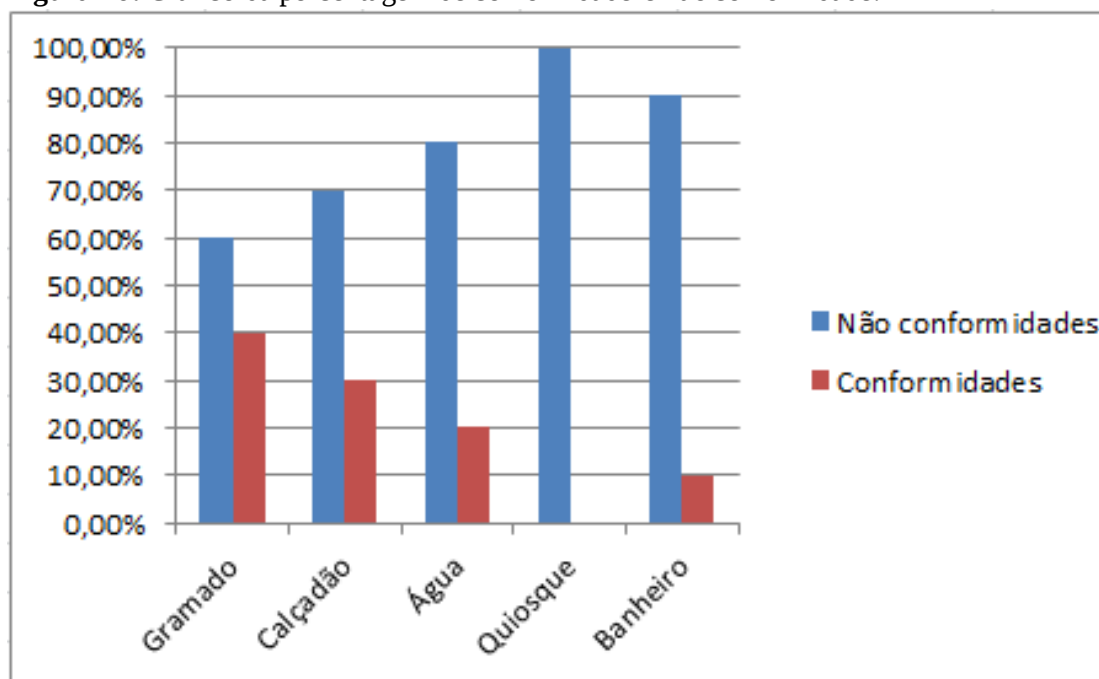
meio-fio, como é representado na Figura 17.

balizamento (rodapé) com altura mínima de 0,05m, instaladas ou construídas nos limites da largura da rampa. Ainda precisa possuir sinalização com piso tátil para deficientes visuais, piso antiderrapante e representação com o símbolo internacional do acesso.

Fonte: Autor (2018).

Através dos resultados encontrados, pode-se gerar um gráfico que representa a porcentagem de conformidades e não-conformidades encontradas em cada um dos locais analisados. O gráfico está representado na FIGURA 26.

Figura 26: Gráfico da porcentagem de conformidade e não conformidade.



Fonte: Autor (2018).

Como pode ser observado, o local que possui a maior porcentagem de não conformidades é o quiosque, o mesmo não tem nada que esteja em conformidade com a norma de acessibilidade. Além disso, pode ser constatado através do gráfico que o gramado é o local que possui a maior porcentagem de conformidade, sendo necessárias apenas pequenas ações para torná-lo totalmente acessível.

CAPÍTULO 5

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ao visitar o Balneário Terra das Águas, considerando os fatores que prejudicam o acesso e a locomoção destas pessoas, fazendo com que as mesmas não consigam interagir nesse ambiente de lazer.

Além disso, o trabalho buscou ressaltar a importância da eliminação das barreiras físicas existentes como forma de inclusão social das pessoas com deficiência, comparando as dificuldades encontradas com as normas vigentes, mostrando desta forma, como pequenas ações podem ser feitas tornando os locais estudados acessíveis para todos.

Essas ações de acessibilidade vêm avançando muito nos últimos anos, pois, atualmente, há legislações específicas do assunto, contudo, ainda não devidamente consolidadas, devido ao descaso de órgãos e profissionais competentes, violando constantemente as legislações existentes.

Nos locais de estudo notou-se que quase não há nenhum tipo de acesso para os PNE e os poucos locais que possuem algum tipo de acesso, o mesmo não está dentro dos padrões da norma, dificultando a locomoção das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, a população deve exigir do Poder Público, a efetivação da igualdade e direitos das pessoas com deficiência, pelo cumprimento da legislação, corrigindo as distorções e dificuldades. Assegura-se, dessa forma, que as desigualdades sejam superadas e ocorra a concretização da inclusão social de pessoas com deficiência nos espaços públicos.

Assim, a partir do momento em que a acessibilidade passar a ser vista como um direito de todos e de interesse da coletividade, assegura-se o respeito à diversidade e mostra-se sua importância na sociedade.

CAPÍTULO 6

6.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

- ✓ Análise das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência na Prefeitura Municipal de Santa Helena-PR.
- ✓ Análise das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência nas calçadas da Avenida Brasil no Município de Santa Helena-PR.
- ✓ Análise das condições de acessibilidade para pessoas com deficiência na UTFPR do Município de Santa Helena-PR.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wolney Gomes. **Comunidade surda e o turismo de responsabilidade social:** um olhar sobre as diferenças. Anais do seminário de pesquisa em turismo do Mercosul, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de Dezembro de 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm > Acesso em: 10 março 2018.

BRASIL. **Decreto nº 914, de 06 de setembro de 1993.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm > Acesso em: 11 março 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Brasília – D.F: Governo Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Acessível: Introdução a uma viagem de inclusão.** Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, 48 p. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/VOLUME_I_Introducao_a_uma_Viagem_de_Inclusao.pdf> . Acesso em: 13 de março 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo:** marcos conceituais. 2006a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 20 março 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo e Acessibilidade:** manual de orientações. 2 ed. Brasília, 2006b.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível:** conheça o programa. 1 ed. Brasília, 2014.

CARVALHO, M. **A acessibilidade para cadeirantes nos atrativos turísticos culturais do centro de Porto Alegre:** considerações sobre um roteiro. Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário Metodista, São Paulo, SP, Brasil, 2007.

CASTRO, Jary de Carvalho. **Arquitetura inclusiva:** calçadas e acessibilidade. Disponível em: <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=35&Cod=934>> Acesso em: 5 março 2018.

CONFEA. **Acessibilidade:** guia prático para o projeto de adaptações e novas normas. Disponível em: <<http://www.crea-pr.org.br/ws/cartilha-de-acessibilidade-confea>> Acesso em: 25 março 2018.

CORRÊA, Andréia Lopres Muniz *et al.* **Acessibilidade e cidadania:** barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiências físicas. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte, MG, Brasil, 2004.

COUTINHO, R., **Grau de Acessibilidade dos Utilizadores de Cadeira de Rodas às Instituições do Plateau.** Monografia de Licenciatura, Universidade Jean Piaget, 2006.

DICIONÁRIO Ilustrado da Língua Portuguesa, Dicionários Editora, Porto Editora, 2001.

ELY, Vera Helena Moro Bins, *et al.* **Acessibilidade e inclusão em espaços livres públicos.** Anais do XI Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído, Florianópolis, SC, Brasil, 2006.

FELJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão. **Pessoa portadora de deficiência:** direitos humanos e Proteção Jurídica da Pessoa Portadora de Deficiência. D.F: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

FERRES, Sofia Perez. **Turismo acessível.** Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/acessibilidade/textos/turismo_acessivel.html> Acesso em: 15 abril 2018.

GOULART, Renata Ramos. **As viagens e o turismo pelas lentes do deficiente físico praticante do esporte adaptado**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS, Brasil, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde**, 2015.

KORNALEWSKI, Lauro Maciel. **A importância da eliminação das barreiras arquitetônicas para a inclusão social das pessoas com deficiência no município de Cruz Alta-RS**. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIJUÍ. Cruz Alta, RS, Brasil, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMONS, Leandro. **O Valor Turístico**: Redefinindo a Economia do Turismo. 2003. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/valortur.html>>. Acesso em: 19 abril 2018.

LUNARO, Adriana; FERREIRA, Marcos Antonio Garcia. **Os espaços públicos e a questão da acessibilidade sob o ponto de vista dos idosos**. Disponível em: <<file:///D:/Meus%20Documentos/Desktop/547-13632-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 abril 2018.

MIOTTI, Luiz Antonio. **Engenharia Civil como instrumento para a acessibilidade em ambientes construídos e a realidade de calçadas e passeios urbanos**. Revista Eletrônica de Engenharia Civil – REEC. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba, 2012.

MOREIRA, Marisa Macedo. **A Inclusão de Pessoas com Deficiência pelo Turismo e a Democratização de Benefícios na Atividade Turística**. Anais do seminário de pesquisas em Turismo no Mercosul, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2008.

NÓBREGA, Thêmis. **Revista Coleccione**. Ano 4, 10. edição. Abril, 2015.

PEDROSO, Emmanuel Sá Resende, et al. **Acessibilidade nos espaços públicos de Juiz de Fora**: uma ferramenta de análise. Disponível em: <<http://www.proceedings.blucher.com.br/>>

article-details/acessibilidade-nos-espaos-pblicos-de-juiz-de-fora-uma-ferramenta-de-anlise-25847 >. Acesso em: 30 abril 2018.

PRADO, Adriana; LOPES, Maria Elisabete; ORNSTEIN, Sheila (orgs.). **Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil**. Annablume, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Profissional na Inclusão no Lazer e Turismo**. Disponível em: <<http://turismoparadeficientes.zip.net/>>. Acesso em: 6 abril 2018

SILVA, Rosane Leal da; RUE, Letícia Almeida de la. **A acessibilidade nos sites do Poder Executivo estadual à luz dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência**. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n2/0034-7612-rap-49-02-00315.pdf>>. Acesso em: 03 abril 2018.

SILVA, Ecione Maria da. **A acessibilidade para pessoas com deficiência física no Parque do Sabiá e no Parque Victório Siquierollina - cidade de Uberlândia-MG**. Disponível em <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n6/6.pdf> >. Acesso em: 21 abril 2018.

SCHMIEGUEL, Carlos. **Conceito de lei em sentido jurídico**. 2010. Disponível em <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/viewFile/55/162>>. Acesso em: 03 abril 2018.



APÊNDICE A – ENTREVISTA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE MAIOR UTILIZAÇÃO

ENTREVISTA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE MAIOR UTILIZAÇÃO							
PERGUNTA: NA SUA OPINIÃO, QUAIS OS 5 LOCAIS DE MAIOR UTILIZAÇÃO NO BALNEÁRIO TERRA DAS ÁGUAS?							
SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	LOCAL 1	LOCAL 2	LOCAL 3	LOCAL 4	LOCAL 5
MASCULINO	29	CASADO	ATRAC.	CALÇAD.	BWC	QUIOSQUE	ÁGUA
MASCULINO	54	CASADO	QUIOSQUE	ÁGUA	PAVILHÃO	BWC	QUADRA
FEMININO	17	SOLTEIRA	BWC	QUIOSQUE	CHURRAS.	QUADRA	ÁGUA
MASCULINO	19	SOLTEIRO	CALÇAD.	AREIA	ÁGUA	BWC	QUIOSQUE
FEMININO	35	CASADA	CALÇAD.	ÁGUA	QUIOSQUE	QUADRA	GRAMA
FEMININO	40	SOLTEIRA	GRAMA	PAVILHAO	QUIOSQUE	ÁGUA	BWC
FEMININO	38	CASADA	BWC	QUIOSQUE	CALÇAD.	ÁGUA	AREIA
MASCULINO	65	CASADO	GRAMA	ÁGUA	CHURRAS.	AREIA	CALÇA
FEMININO	15	SOLTEIRA	PARQUIN.	BWC	QUIOSQUE	AREIA	QUADRA
FEMININO	23	SOLTEIRA	GRAMA	CALÇAD.	ÁGUA	BWC	QUIOSQUE
FEMININO	24	SOLTEIRA	GRAMA	CALÇAD.	ÁGUA	BWC	QUIOSQUE
MASCULINO	12	SOLTEIRO	ÁGUA	PARQUIN.	CALÇAD.	BWC	AREIA
FEMININO	49	CASADA	BWC	QUIOSQUE	GRAMA	PAVILHÃO	CALÇAD.
MASCULINO	26	CASADO	GRAMA	BWC	QUADRA	CALÇAD.	QUIOSQUE
MASCULINO	32	CASADO	CALÇAD.	PAVILHAO	QUIOSQUE	QUADRA	BWC
MASCULINO	19	SOLTEIRO	QUIOSQUE	BWC	ÁGUA	QUADRA	CALÇA
MASCULINO	40	CASADO	CALÇAD.	ÁGUA	QUADRA	GRAMA	BWC
FEMININO	50	CASADA	CALÇAD.	QUIOSQUE	ÁGUA	AREIA	BWC
FEMININO	55	CASADA	CALÇAD.	PARQUIN.	QUADRA	BWC	AREIA
MASCULINO	18	SOLTEIRO	GRAMA	ÁGUA	AREIA	ATRACAD.	BWC
FEMININO	15	SOLTEIRA	CALÇAD.	QUADRA	AREIA	GRAMA	QUIOSQUE
FEMININO	35	CASADA	BWC	QUIOSQUE	ÁGUA	GRAMA	PAVILHÃO
FEMININO	24	CASADA	ÁGUA	QUIOSQUE	BWC	AREIA	GRAMA
FEMININO	29	CASADA	GRAMA	ÁGUA	PARQUIN.	QUIOSQUE	BWC
MASCULINO	32	CASADO	QUIOSQUE	BWC	ÁGUA	CALÇAD.	PAVILHAO

ENTREVISTA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE MAIOR UTILIZAÇÃO							
PERGUNTA: NA SUA OPINIÃO, QUAIS OS 5 LOCAIS DE MAIOR UTILIZAÇÃO NO BALNEÁRIO TERRA DAS ÁGUAS?							
SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	LOCAL 1	LOCAL 2	LOCAL 3	LOCAL 4	LOCAL 5
MASCULINO	69	CASADO	BWC	QUIOSQUE	CHURRAS.	CALÇAD.	GRAMA
MASCULINO	54	CASADO	QUIOSQUE	BWC	ÁGUA	AREIA	CALÇAD.
FEMININO	49	CASADA	QUIOSQUE	BWC	CALÇAD.	ATACAD.	PAVILHÃO
MASCULINO	70	CASADO	QUIOSQUE	ÁGUA	PAVILHÃO	BWC	QUADRA
MASCULINO	32	SOLTEIRO	BWC	QUIOSQUE	CHURRAS.	QUADRA	ÁGUA
FEMININO	56	CASADO	QUIOSQUE	BWC	ÁGUA	QUADRA	CALÇAD.
MASCULINO	58	CASADA	BWC	QUIOSQUE	CHURRAS.	CALÇAD.	GRAMA
FEMININO	18	SOLTEIRA	QUIOSQUE	BWC	CALÇAD.	ÁGUA	GRAMA
FEMININO	22	SOLTEIRA	CALÇAD.	ÁGUA	QUADRA	GRAMA	BWC
FEMININO	21	SOLTEIRA	GRAMA	PAVILHÃO	QUIOSQUE	ÁGUA	BWC

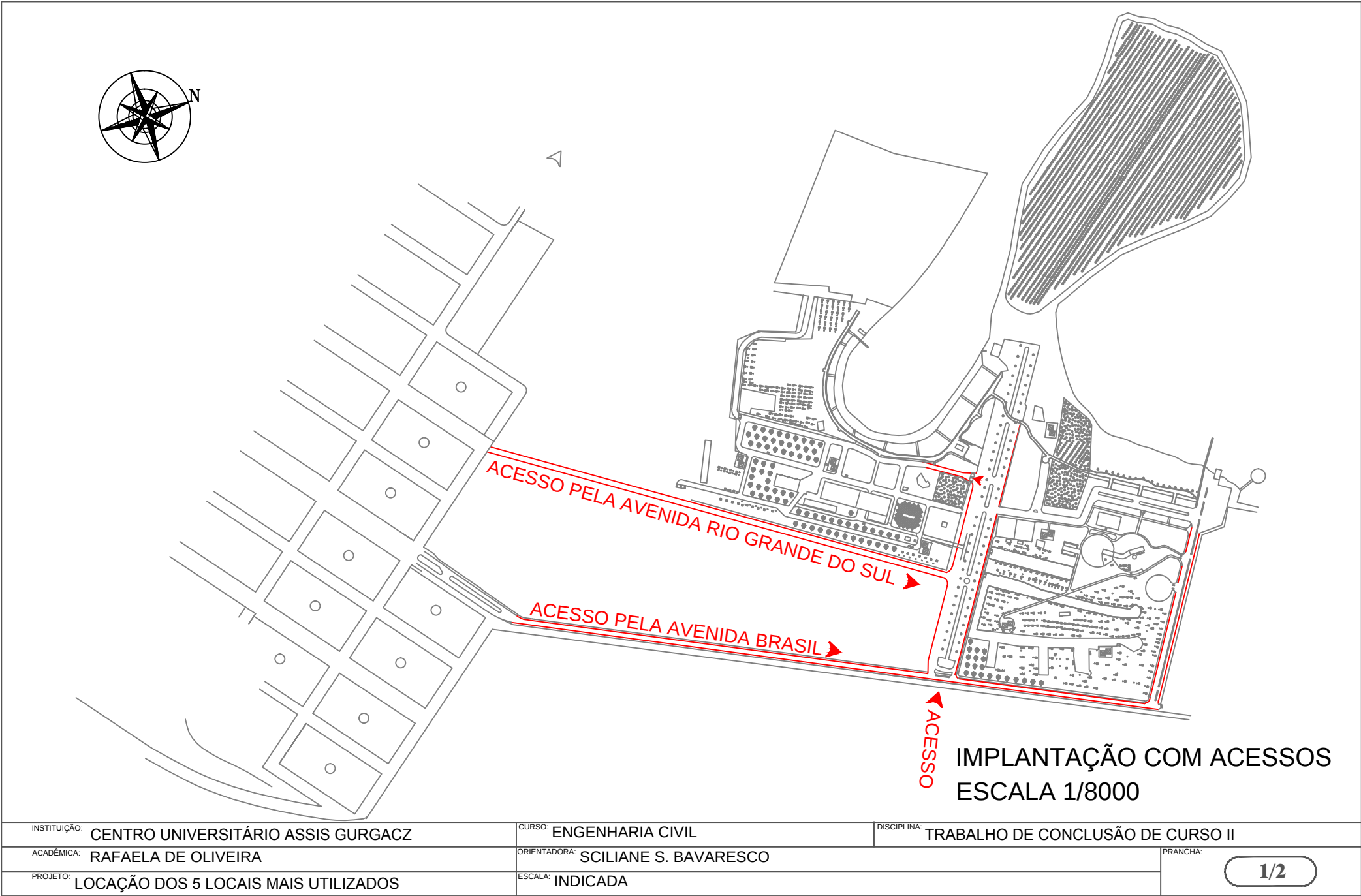
LEGENDA:

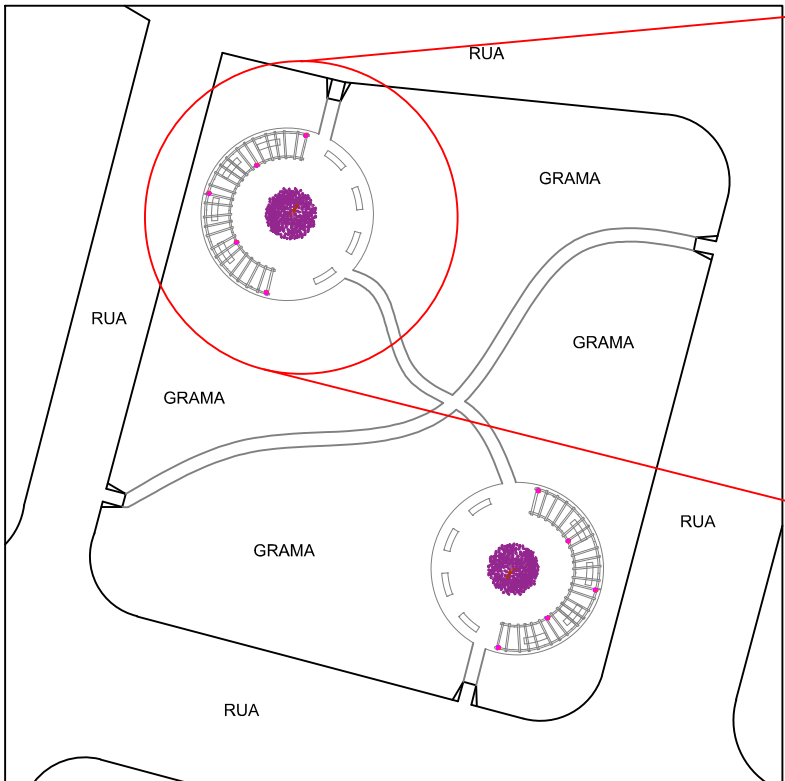
Atracadouro: atacad.

Calçada: calçad.

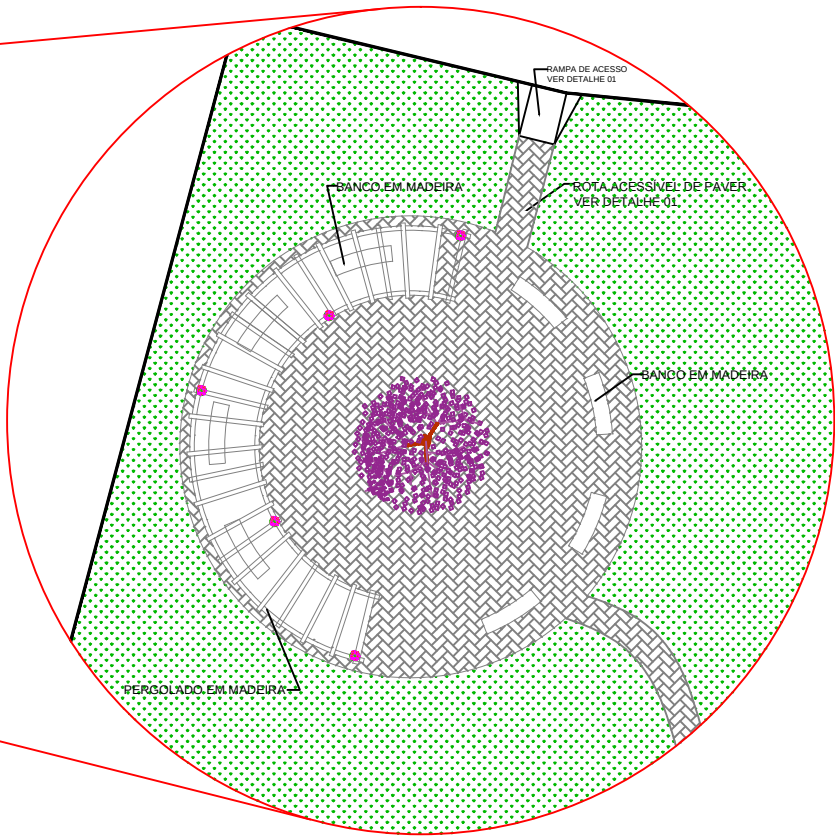
Churrasqueiras: churras.

Parquinho: parquin.





IMPLANTAÇÃO
ESCALA: 1/500

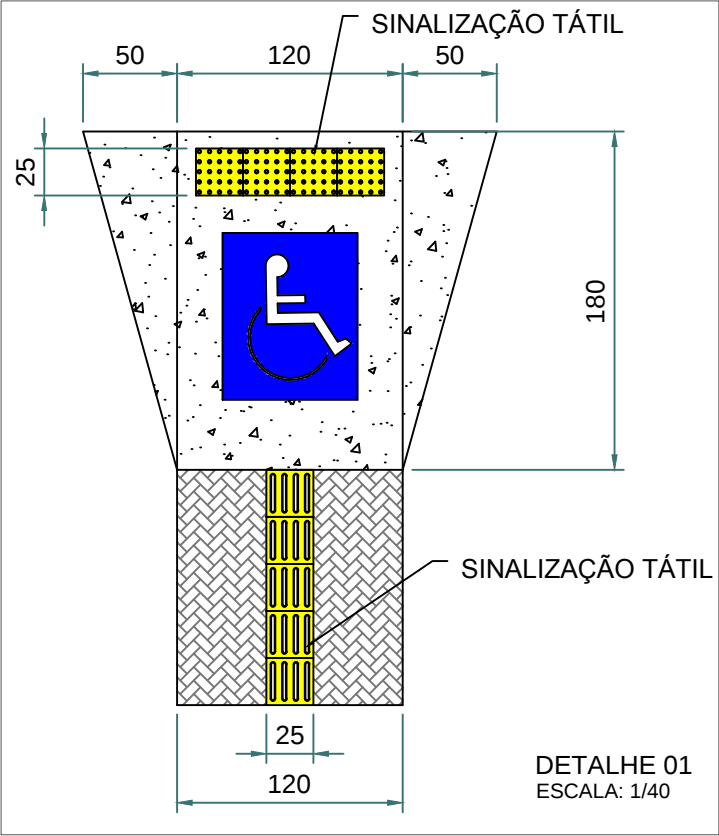


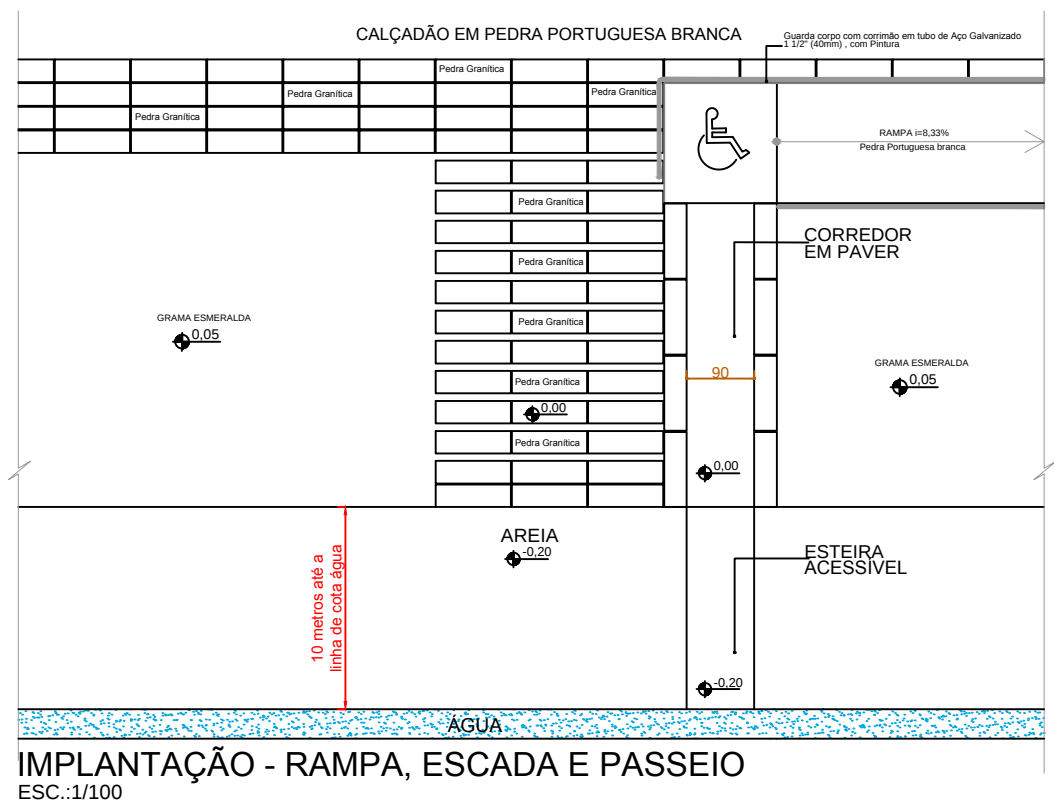
ESCALA: 1/250



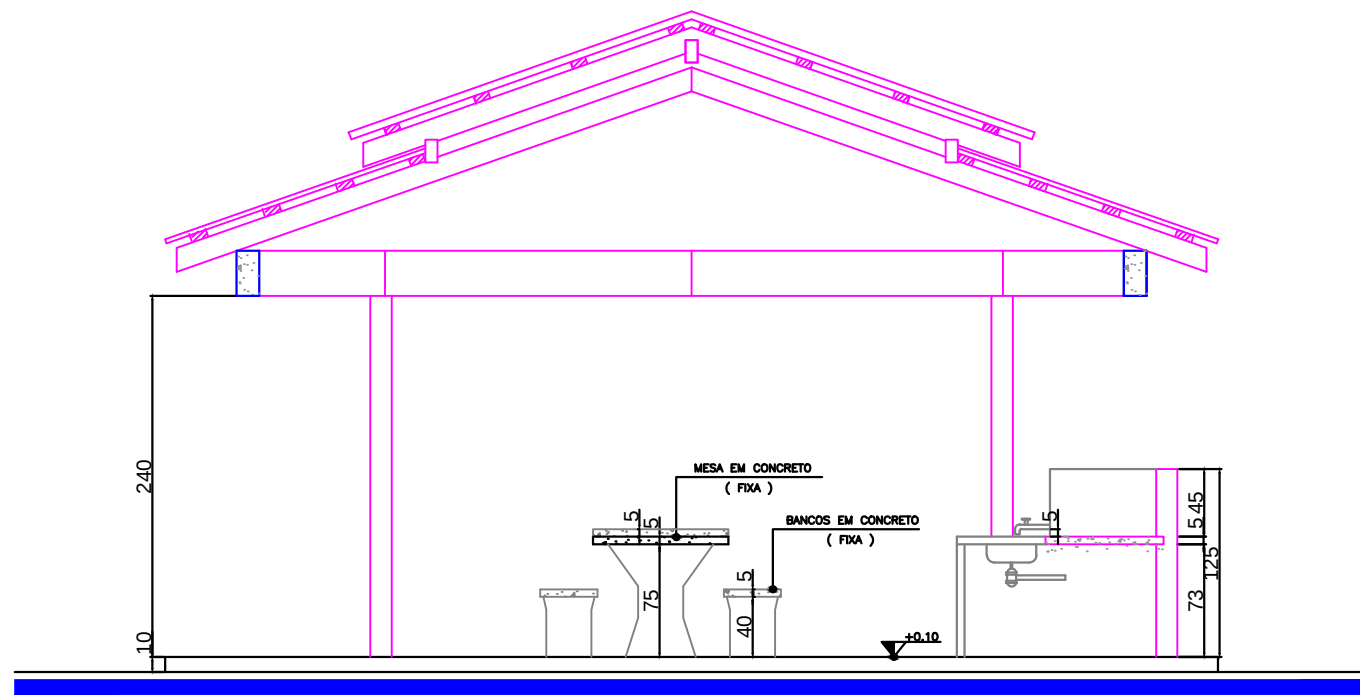
LOCAL DE INTERVENÇÃO - GRAMADO
ESCALA: 1/10000

● ITEM EM ANÁLISE - GRAMADO

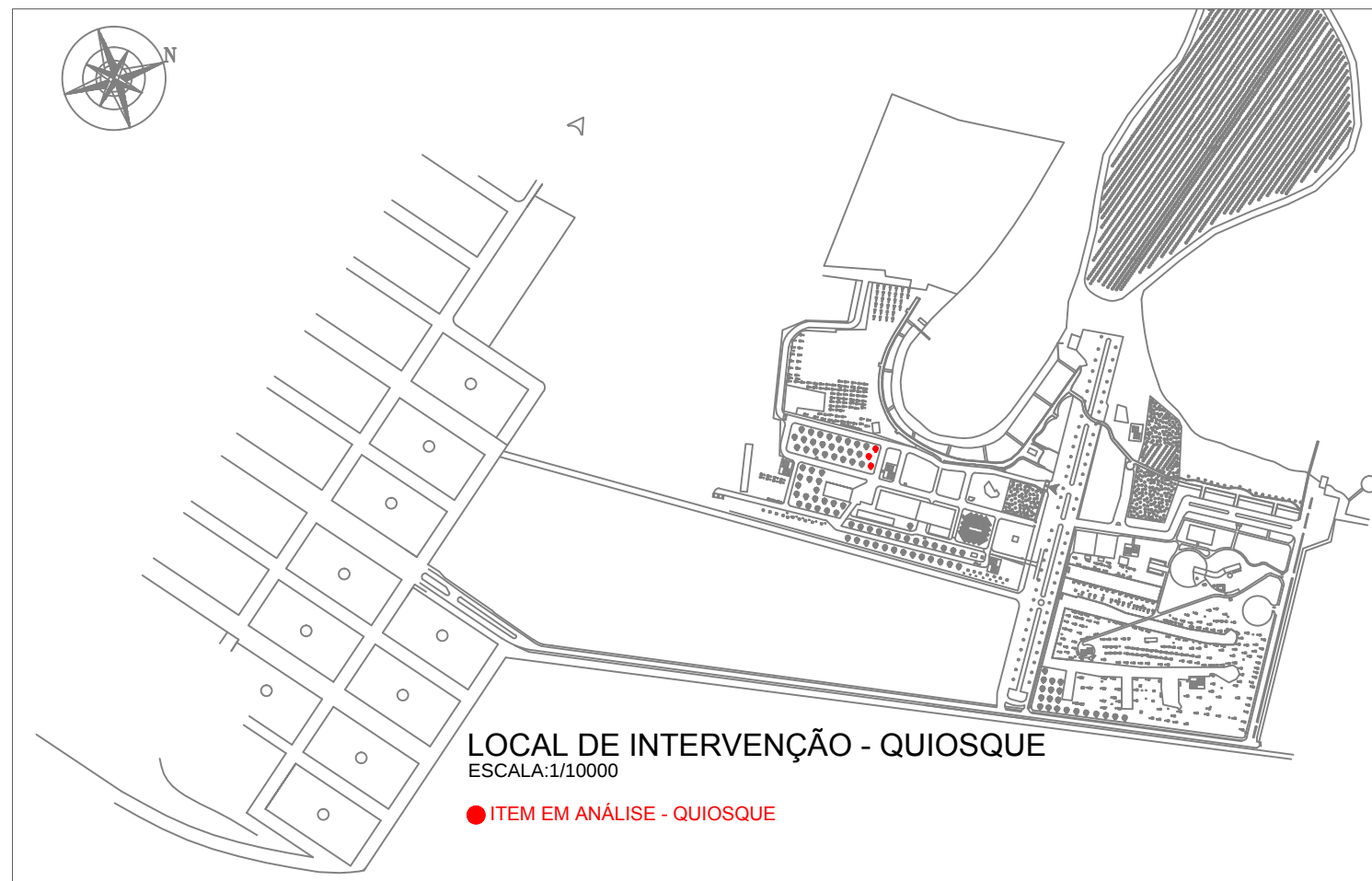




INSTITUIÇÃO: CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ	CURSO: ENGENHARIA CIVIL	DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
ACADÊMICA: RAFAELA DE OLIVEIRA	ORIENTADORA: SCILIANE S. BAVARESCO	PRANCHA: 1/1
PROJETO: INTERVENÇÃO 3 - ÁGUA	ESCALA: INDICADA	

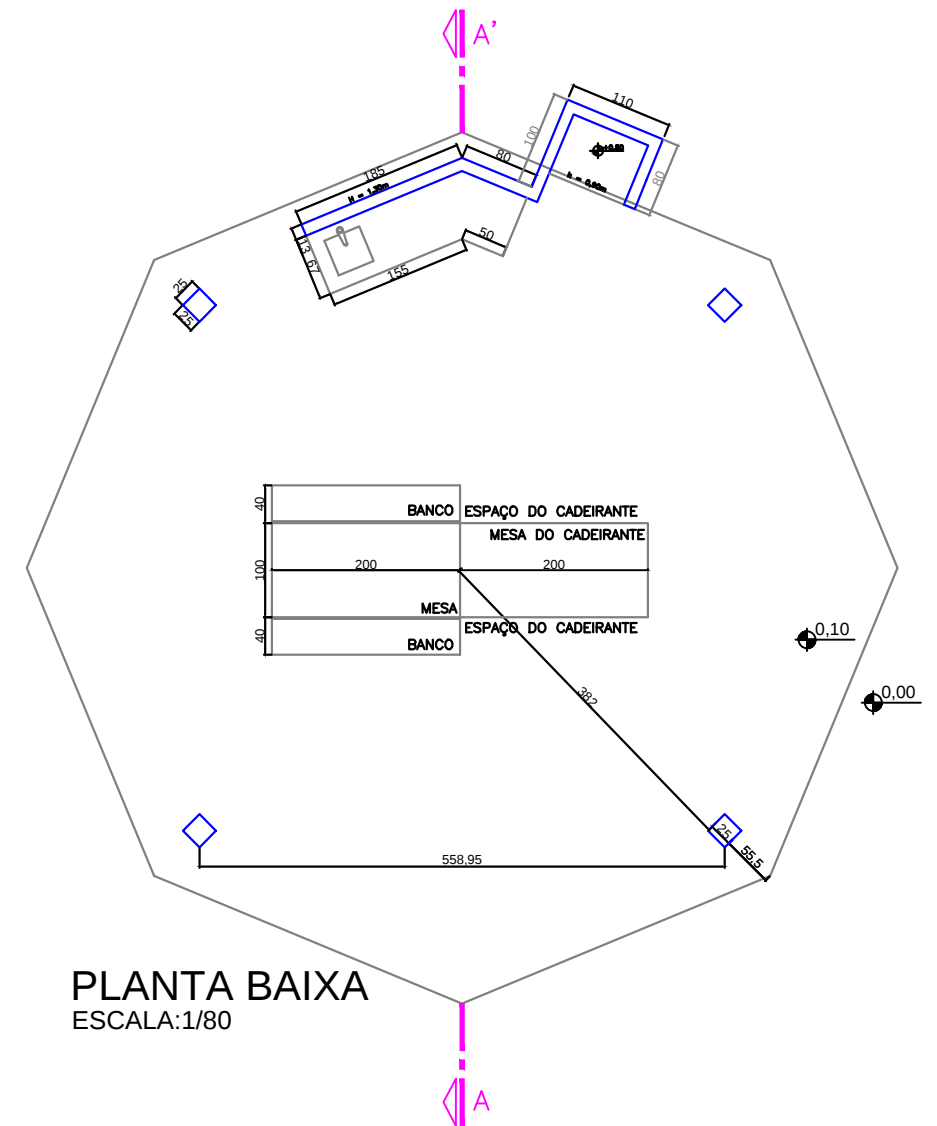


CORTE AA'
ESCALA:1/50

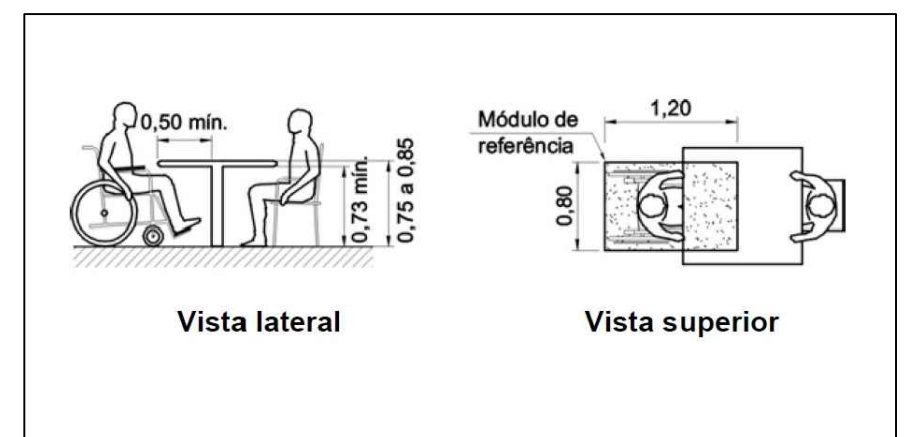


LOCAL DE INTERVENÇÃO - QUIOSQUE
ESCALA:1/10000

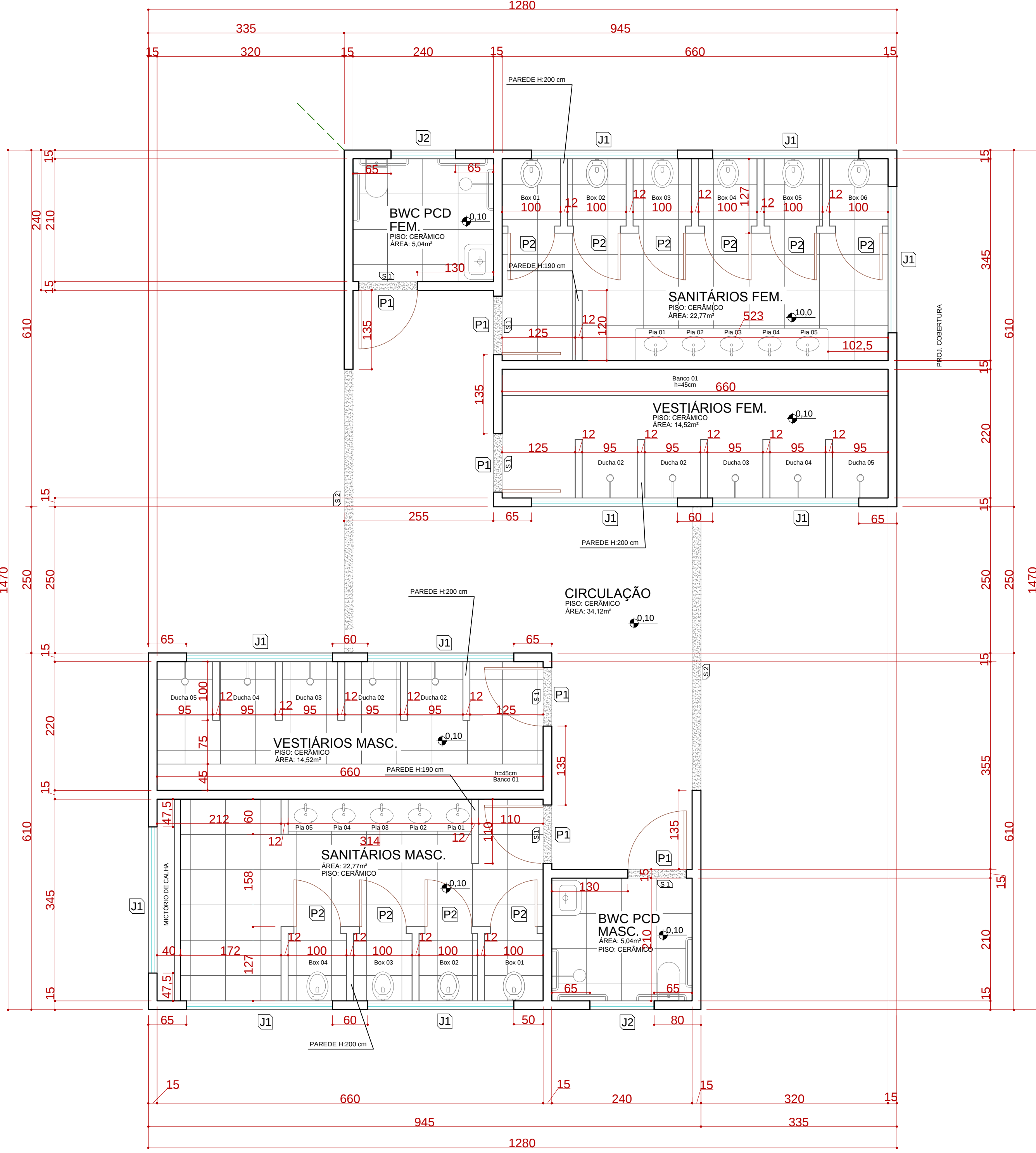
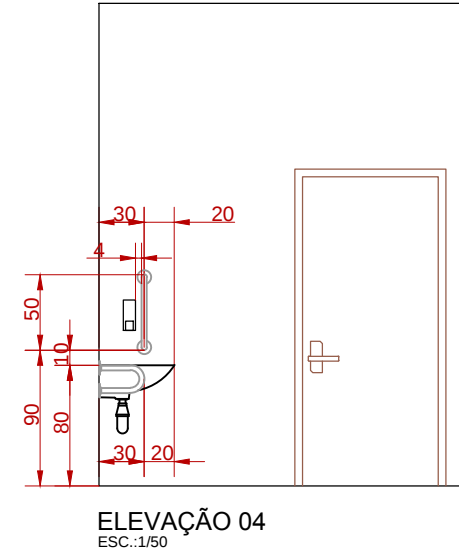
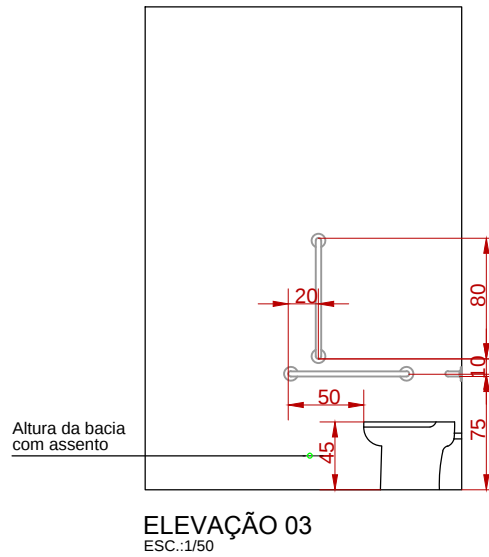
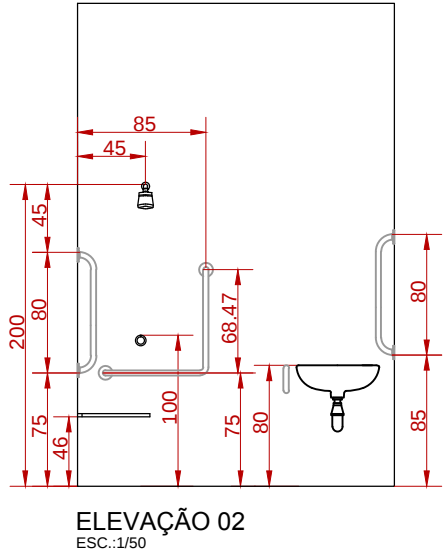
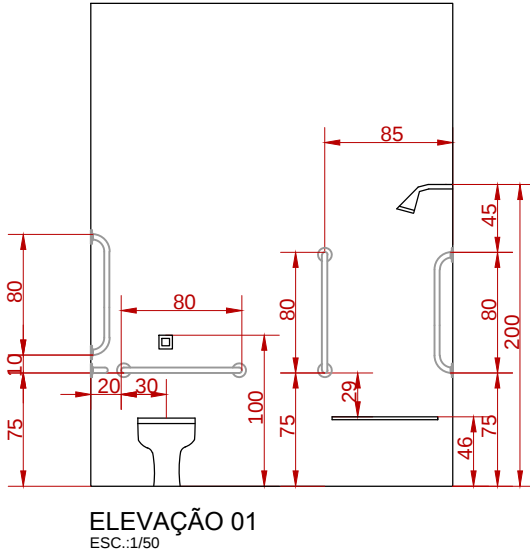
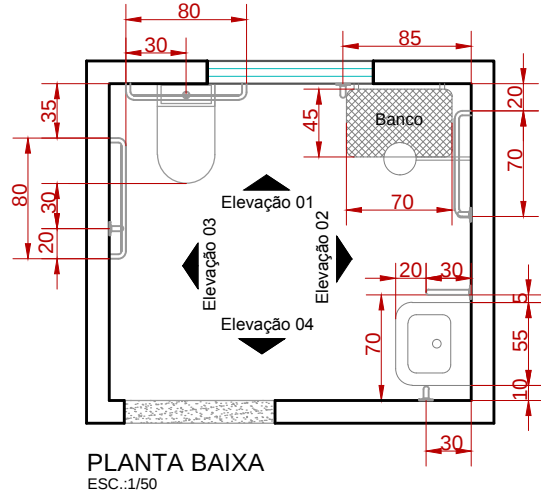
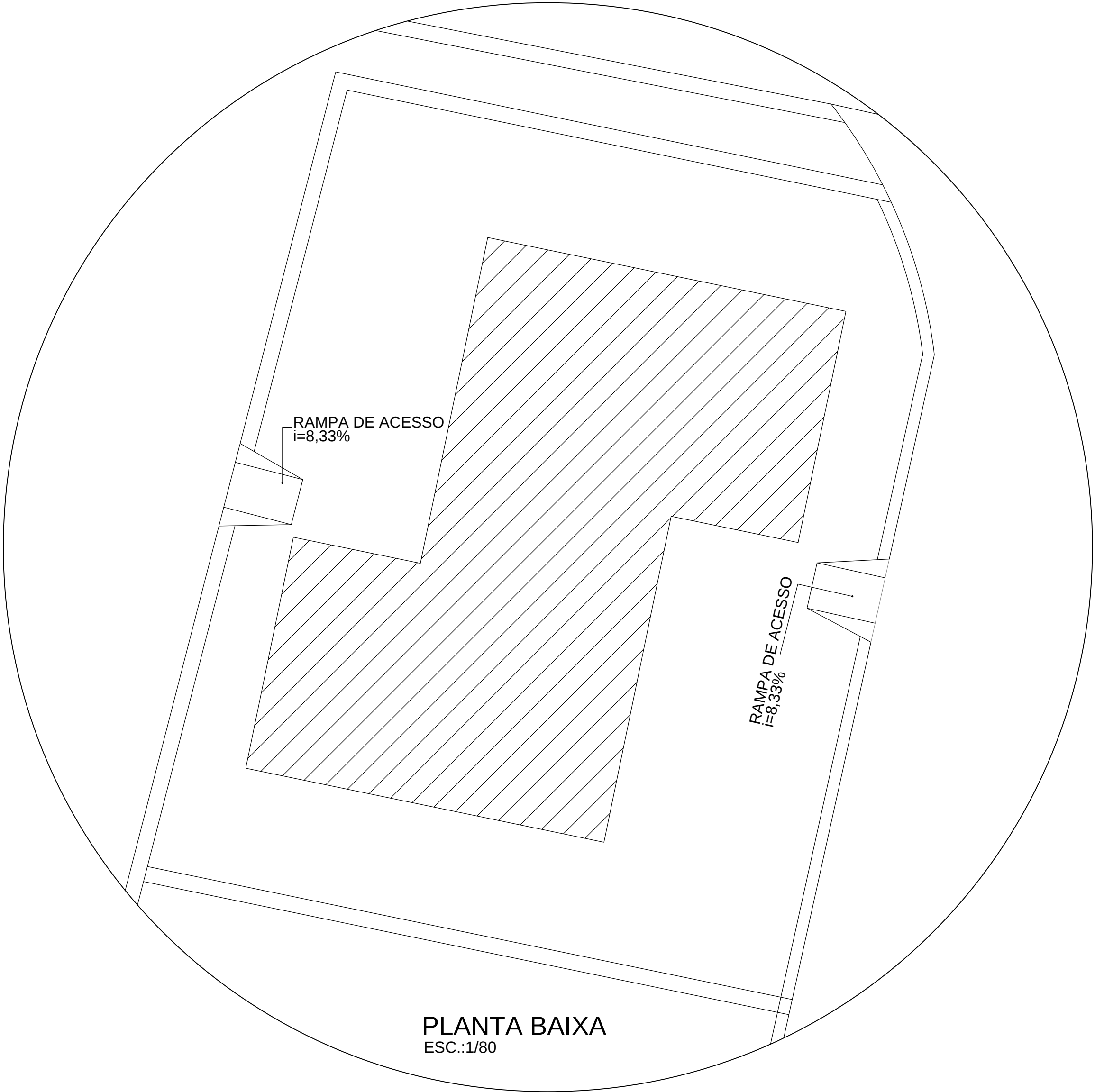
● ITEM EM ANÁLISE - QUIOSQUE



PLANTA BAIXA
ESCALA:1/80



DETALHE MESA CADEIRANTE



PLANTA BAIXA
ESC.:1/50